

COMISSÃO DA VERDADE

PRESIDENTE

DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT

20/02/2013

COMISSÃO DA VERDADE.**BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.****20/02/2013**

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – São Paulo, 20 de fevereiro de 2013. Audiência pública sobre o caso do desaparecido político Fernando Augusto Santa Cruz de Oliveira. Coincidentemente, data do seu aniversário. Data do nascimento e data do seu aniversário. Nós vamos instalar essa sessão da Comissão da Verdade, é a 6ª audiência pública dessa Comissão da Verdade do Estado de São Paulo que tem o nome de Rubens Paiva, hoje, no dia 20 de fevereiro, no auditório Paulo Kobayashi, pela oitava dos depoimentos sobre o caso Fernando Santa Cruz de Oliveira, desaparecido em 23 de fevereiro de 74.

Então, como é a programação do dia? Primeiro nós vamos compor a mesa e fazer as oitavas, todas as pessoas que compõem a mesa e estão preparadas. Nós falaremos sobre a vida, sobre a trajetória, tudo sobre o Fernando Santa Cruz. E a segunda parte, que é uma parte mais solene do livro ‘Onde está meu filho?’ que trata da busca do corpo e esclarecimento do assassinato de Fernando Santa Cruz. Hoje, data do seu aniversário, ele completaria 65 anos. Então, vocês que são jovens que vieram de uma escola acompanhar, nós estamos falando de um jovem que desapareceu em 23 de fevereiro com 26 anos. Tinha acabado de completar 26 anos. Hoje estaria com 65 anos. Funcionário do DAEE de São Paulo. É necessário esclarecer que a Comissão da Verdade vai realizar todas as audiências dessa forma, publicizada. Que não vai haver sessões secretas, confidenciais ou documentos que o povo brasileiro não pode ter acesso. Achemos até que não dá publicidade às audiências e os documentos qual é a melhor forma de se fazer esse trabalho, porque a luta da Comissão da Verdade pertence ao povo brasileiro. Ela não pertence a uma Comissão de especialistas, nem de técnicos, ela é um produto da luta da resistência do povo brasileiro. Então vamos lá, vamos formar a mesa. Rosalina Santa Cruz. Ex-presca irmã do Fernando, ex-presca política militante que nessa audiência pública vai depor sobre o caso. Depois o Marcelo Santa Cruz, Vereador da cidade de Olinda, militante dos direitos humanos, irmão de Fernando

Santa Cruz. Manoel Morais, relator do caso de Fernando Santa Cruz na Comissão da Verdade do Estado de Pernambuco.

Chico de Assis, pesquisador sobre o caso Fernando Santa Cruz, desde a época e um dos autores e organizadores do livro 'Onde Está meu Filho?' E Amelinha Teles, assessora da Comissão que vai realizar a leitura do memorial. E para completar a mesa, o Otto Filgueiras, pesquisador sobre a vida, a trajetória de Fernando Santa Cruz.

Queria nessa hora da composição da mesa, uma pessoa que queria muito ter vindo e não pode foi o Ricardinho Azevedo, mas ele mandou uma nota bem curtinha que peço aos convidados e aos familiares a licença para fazer a leitura logo na instauração da mesa.

A Presidente Dilma vai para o exterior, para a África, e ele queria muito, se organizou para vir aqui de Brasília, mas não conseguiu. Impossibilitado de comparecer por motivos profissionais, não poderia deixar de manifestar nessa ocasião a minha solidariedade à família do valoroso companheiro Santa Cruz. Quero aproveitar também a oportunidade para cumprimentar a Comissão da Verdade Rubens Paiva pelo trabalho que vem desenvolvendo na apuração dos crimes da ditadura militar. A história do Brasil cobra explicações sobre aquele período terrível pelo que passou nosso país, e a Comissão tem dado grandes contribuições para elucidá-lo. Sigam em frente sem temor. O Brasil...

Ricardo Azevedo. Ex-perseguido político, ex-presos político, ex-exilado, ex-militante da Ação Popular. Então, uma mensagem do recadinho para os familiares.

Então, vamos começar com os depoimentos. Tenho que ler uma outra coisa pesada, desagradável. Vamos lá. Nota de repúdio. A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva repudia a nomeação de Carlos Alberto Augusto ao cargo de Delegado de Polícia de 2ª classe do município de Itatiba (SP), publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo. O delegado é réu num processo criminal movido pelo Ministério Público Federal (MPF/SP), pelo crime de sequestro qualificado do corretor de valores Edgar de Aquino Duarte, em junho de 1971. Junto com ele, são réus o Coronel reformado do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra, comandante do DOI-CODI no período de 1970 a 1974 e o delegado aposentado Alcides Singillo. A

denúncia, movida pelo procurador Sérgio Suiama foi acolhida pela Justiça Federal em 23-10-2012. Isso é publicação de segunda-feira do Diário Oficial.

Carlos Alberto Augusto é acusado de envolvimento em desaparecimentos e de comandar sessões de tortura no Dops (Departamento de Ordem Política e Social), durante a ditadura militar (1964-1985). No Dops, trabalhou de janeiro de 1970 a 1977 onde foi apelidado de “Carlinhos Metralha”, pois costumava andar pelos corredores do departamento portando uma metralhadora. Augusto era subordinado de Sérgio Paranhos Fleury, de quem defende a memória, organizando homenagens, como uma missa convocada para celebrar 30 anos da morte de Fleury, ocorrida em 2009: “familiares, amigos, ex-policiais do Dops e informantes contam com sua presença à missa”.

Augusto ajudou a organizar o massacre da Chácara São Bento, ocorrido em São Bento, em Pernambuco, em 1973. Na ação, feita com a participação do agente infiltrado Cabo Anselmo, de quem Augusto é amigo, seis militantes da organização VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) foram executados.

Então, esse é o documento da promoção do delegado Carlos Augusto a Delegado de Itatiba. Vamos lá.

Com a palavra, Amelinha.

A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES – Bom gente, aqui eu vou fazer a leitura do memorial. É uma síntese da vida e do desaparecimento forçado do Fernando Santa Cruz. Essa é uma dinâmica, uma metodologia da Comissão da Verdade, nós vamos estar tendo audiências como essas, 154 vezes, porque são 154 casos de pessoas que morreram em São Paulo, desapareceram em São Paulo ou que nasceram no Estado de São Paulo de São Paulo. Então, eu vou começar a leitura. Fernando Santa Cruz nasceu em 20 de fevereiro de 1948, em Recife (PE), Brasil. Era casado com Ana Lucia Valencia, e pertencia a Ação Popular Marxista Leninista, APML. Iniciou sua atividade política ainda no movimento estudantil secundarista em Pernambuco, entre 1966 e 1968, quando chegou a ser preso em uma manifestação de rua contra os acordos MEC-USAID. Após a edição do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, mudou-se para o

Rio de Janeiro, onde passou a trabalhar na Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio, do Ministério do Interior. Em 1972, ingressou no curso de Direito na Universidade Federal Fluminense (UFF). Em setembro de 1973, abandonou os estudos e mudou-se para São Paulo, onde trabalhou como funcionário público no DAEE. Em relação a essa situação dele como funcionário público depois o Adriano Diogo vai falar a respeito. Ele trabalhava no DAEE quando foi sequestrado, desaparecido. Era casado com Ana Lúcia Valença e tinha um filho, Felipe, que contava com dois anos de idade à época do seu desaparecimento.

Dados sobre sua prisão e desaparecimento. Em um sábado de Carnaval, dia 23 de fevereiro de 1974, saiu da casa de seu irmão, Marcelo de Santa Cruz de Oliveira, no Rio de Janeiro, para encontrar um companheiro, chamado Eduardo, que morava em Copacabana. O encontro estava marcado para as 16h00. Ao sair, Fernando advertiu seu irmão que, caso não voltasse até as 18h00, teria sido preso. Nesse mesmo dia, Fernando e Eduardo, que eram amigos de infância, foram detidos por agentes do DOI-CODI/RJ e desapareceram. Em 14 de março de 1974, os familiares de Eduardo e Fernando Santa Cruz foram ao DOI/CODI/SP, cujo carcereiro de plantão, era chamado de Marechal, que confirmou que os dois jovens estavam presos ali, só podendo receber visitas no domingo, dia 17. Foram deixados, então, objetos de uso pessoal. No domingo, quando voltaram para visita, as mães foram atendidas por um senhor que se dizia chefe de serviço do dia e atendia pelo nome de Dr. Homero. Os objetos foram devolvidos com a justificativa de que se tratava de um equívoco, pois os dois não estavam presos ali. As mães dos dois enviam carta ao Gabinete Civil da Presidência da República relatando os fatos, no dia 27 de maio de 1974. Desde então, as famílias iniciaram uma busca incessante por notícias de ambos, que começou no DOI-CODI/SP, para onde havia indícios de que eles foram levados, e se estendeu por inúmeros outros lugares.

Providências tomadas por seus familiares. A família de Fernando impetrou dois habeas corpus, além de apelar a diversas autoridades nacionais e internacionais, tudo sem sucesso. Após uma audiência com Golbery do Couto e Silva, em Brasília, que contou com a presença de diversas outras famílias de desaparecidos, o Ministro da Justiça, Armando Falcão, fez um pronunciamento televisivo. A versão oficial era de que os desaparecidos encontravam-se foragidos e não teriam sido presos por nenhuma instituição governamental. A resposta de Elzita Santos de Santa Cruz de Oliveira, mãe de Fernando, foi firme e imediata. No dia seguinte ao pronunciamento ministerial, sete

de fevereiro de 1975, ela enviou uma carta mostrando a inconsistência dessa versão oficial e exigindo esclarecimentos sobre o paradeiro de seu filho em nome da justiça. Mesmo após levar essa denúncia a conhecimento de diferentes entidades e autoridades, a falta de respostas satisfatórias por parte do Estado brasileiro levou a família a procurar a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. No entanto, essa tentativa foi em vão, pois o Estado brasileiro continuou a negar a prisão de Fernando, alegando que este encontrava-se foragido e clandestino. A ficha de Fernando encontrada em 1992 no DOPS/SP, contudo, revela que ele foi efetivamente preso pelas forças da repressão. Assim está registrado nesse documento oficial: “nascido em 1948, casado, funcionário público, estudante de Direito, preso no RJ em 23/03/1974”. Em outro relatório, do Ministério da Marinha, consta que Fernando “foi preso no RJ em 23/02/1974, sendo dado como desaparecido a partir de então”. Informações dadas por agentes policiais publicadas na imprensa. Em entrevista à revista Isto É, de 24 de março de 2004, o sargento Marival Chaves do Canto afirmou ter trabalhado como analista de informações no DOI-CODI/SP e que acompanhou as principais operações comandadas pelo Doutor César, o coronel José Brant Teixeira, e pelo Doutor Paulo, o coronel Paulo Magalhães. Marival declarou que esses dois oficiais [...] foram responsáveis pelo planejamento e execução de uma mega-operação em inúmeros pontos do País para liquidar, a partir de 1973, os militantes das várias tendências da Ação Popular (AP) [...]. Segundo o ex-agente, entre os mortos estão Fernando Santa Cruz Oliveira, Paulo Stuart Wright, Eduardo Collier Filho e Honestino Guimarães [...].

Em 16 de julho de 2008, a revista Carta Capital (nº 504) divulgou matéria sobre a localização do Capitão Homero, Dr. Homero ou Homero César Machado, coronel do Exército reformado, apontado como um dos principais torturadores da “equipe C” do DOI-CODI/SP, na época da ditadura. Ele foi denunciado em pelo menos sete processos no Superior Tribunal Militar, segundo o Projeto Brasil Nunca Mais. O mesmo oficial é o responsável pelas informações falsas de que Fernando e Eduardo não estavam presos no DOI-CODI/SP. Em 2012, o delegado aposentado, ex-delegado do DOPS, no livro: “Memórias de uma Guerra Suja” revela que: Fernando Santa Cruz mais outros nove presos políticos foram mortos e seus corpos foram incinerados no forno da Usina de Açúcar “Cambayba”, localizada no município de Campos, no Estado do Rio de Janeiro. A época era o proprietário dessa Usina, Heli Ribeiro, que segundo Guerra “faria o que fosse preciso para evitar que o comunismo tomasse o poder no Brasil no Brasil.”

Seu nome consta no anexo da Lei 9.140/95, como reconhecimento de sua prisão e morte sob-responsabilidade do Estado. Informações tiradas do DOSSIÊ DITADURA: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil 1964-1985. IEVE- Instituto de Estudos Sobre Violência do Estado e Imprensa Oficial, São Paulo, 2009. Nós acrescentamos ali, isso é uma notícia de jornal de 1975, 22 de janeiro de 1975. Quando ainda não tinha um ano do desaparecimento do Fernando Santa Cruz. Quando falar o nome Fernando Augusto de Santa Cruz de Oliveira, tem sempre que se lembrar do Eduardo Collier Filho, porque os dois foram sequestrados e desaparecidos no mesmo momento, no mesmo dia 23/02 porque o Fernando saiu para se encontrar com o Eduardo Collier. O interessante é que essa família, essa história de luta, de busca e pela verdade é uma história antiga em que as famílias se empenharam e lideraram as expectativas, e a família Santa Cruz eu acho que deve ser lembrado como uma família que foi nossa estrela guia nessa luta, porque essa família fez de tudo para buscar esse corpo, buscar essa história, porque tiveram essa excelente ideia de anunciar esse desaparecimento na grande imprensa. Você pagava para por isso. Parece que o Jornal da Tarde, essa nota é do Jornal da Tarde. Essa é da dona Risoleta, são duas notas, essa foi feita pela dona Risoleta Collier e o outro é da dona Euzita, mãe do Fernando Santa Cruz. A gente trouxe, nós da Comissão da Verdade vamos mostrar como tem história essa luta. Nós estamos aqui, mas tem muita história acumulada, que nós temos que alterar e consolidar essa história.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Está bom. Só queria, antes de passar as palavras a declaração da demissão. Está providenciando, está bom. Então é o seguinte, como o departamento de águas e energia elétrica onde o Fernando trabalhava, na sua ficha funcional consta que ele foi demitido por abandono de cargo. Como se ele tivesse saído um dia para passear e não tivesse voltado mais, nós da Comissão entramos em contato com o Palácio do Governo e com a Secretaria de Recursos, explicando que haveria essa cerimônia e pedindo para que houvesse (ininteligível) e está havendo uma intensa movimentação no Palácio que para se restitua a verdade e de acordo com a Lei apareça o real motivo para que o Fernando Santa Cruz não voltou a trabalhar no DAEE. Então, nós estamos propondo transformar essa tarde,

pelo menos até às seis horas da tarde, na hora que começar a lançar o livro, que a gente faça como uma vigília. Já estamos aguardando a mais de uma semana essa retratação, essa movimentação do documento e evidentemente hoje a tarde se formou o grupo de trabalho para que se possa formar da demissão do Fernando. Então, depois que a Rosalina falar, nós vamos expor o documento como consta e esperamos que até o fim da tarde quando começar o lançamento, haja uma retratação oficial do Governo do Estado. Com a palavra, Rosalina Santa Cruz.

A SRA. ROSALINA SANTA CRUZ – Eu vou passar um vídeo, mas antes do vídeo eu gostaria de agradecer a todas as amigas e amigos aqui, e dizer que foi uma emoção muito grande vê-los. Cada um de vocês tem uma história ligada a nossa história. Eu não vou dizer os nomes, então, desde os meus amigos daquela época, amigos, companheiros, até os mais recentes, alunos que acompanharam essa história na Universidade por várias vezes. Obrigado por estarem aqui. E eu gostaria de agradecer ao Adriano Diogo, a Comissão da Verdade aqui de São Paulo, Rubens Paiva, a Amelinha e ao Ivan, companheiros de muito tempo. Não tem como não agradecer porque são amigos e companheiros de muito tempo. Desde que a gente soube da morte do Fernando, a gente está junto nessa luta. E ao companheiro da Comissão da Verdade de Pernambuco, Professor Moraes, relator do caso do Fernando que tem sido um verdadeiro companheiro, irmão e amigo nessa luta. Ele que tem recuperado e resgatado essa história.

Os nossos agradecimentos e nossa gratidão. E ao Chico de Assis, companheiro e irmão que foi preso de Itamaracá, mas eu conheci o Chico antes de ele ser da mesa, antes de ele estar em Itamaracá, porque ele é nosso companheiro de a gente frequentar juntos, desde que fazíamos movimento estudantil. E nunca pensávamos em estar em uma mesa, quase 40 anos depois ainda com as mesmas, lutando por coisas daquela época. E ao Otto que foi companheiro da mesma organização do Fernando, e tem dedicado a vida a buscar a organização popular marxista. A ele os nossos agradecimentos.

Esse vídeo eu peguei as imagens e construí pensando na minha mãe que tem 99 anos e que não está aqui porque teve uma, ficou doente no carnaval e a gente ficou com medo de trazê-la, mas sei que ela está aqui, porque recentemente ela tem estado, mesmo com 90 anos, nessa luta. Esse vídeo é dedicado a ela, mas conta toda a nossa história. Ele tem só 12 minutos e eu vou pedir licença para passar para vocês.

* * *

É FEITA A EXIBIÇÃO DO VÍDEO.

* * *

A SRA. ROSALINA SANTA CRUZ – Eu acho que depois do vídeo eu teria que dizer só uma coisa. Que país é esse? Que país é esse que a gente durante quase 40 anos, aí aparece, nós falamos em várias épocas, não apura, quando em 1983 se diz que existe um campo de extermínio em Petrópolis, que uma companheira, Inês Etienne Romeo vai ao público, é publicado em uma revista de grande circulação que ela escapou de um campo de morte, que é uma casa em Petrópolis, que a casa é conhecida como a Casa da Morte e isso não é investigado? Essa casa foi vendida legalmente depois dessa denúncia, reformada, e ainda hoje temos a denúncia de que vários companheiros, dentre os quais Carlos Alberto Soares de Freitas, Fernando Santa Cruz, David Capistrano, Ana Rosa Kucinski, foram levados para essa casa e exterminados. Será verdade, não será, mas que essa casa era um campo de extermínio sim. Eu estou gritando isso nesse vídeo em 83, que país é esse que não se investigou, que não se foi lá e não se tornou essa casa, não se desapropriou essa casa para uma investigação. Que país é esse onde nós aí estamos denunciando que fomos torturados e presos em campos que não são de extermínio, são DOI-CODI, que tem endereço, que era mantido pelo Exército, e fomos até indenizados como reconhecidos que o Estado matou Fernando, isso foi dado em 1995 pela Lei, depois nós fomos reconhecidos que passamos por tortura na Barão de Mesquita, na Tutóia, e os coordenadores desses lugares, os oficiais aí continuam tendo

nome de rua, continuam sendo homenageados, nomeados Delegados. Que país é esse que precisamos durante 40 anos gritar como estamos gritando até hoje para que sejam apuradas essa responsabilidade. Que país é esse que eu não sei se foi o Marival ou o Cláudio Guerra que tem razão, essas pessoas vêm a público e diz, eu matei, esquartejei, joguei no rio e não são presos e não são julgados. Passam como, que país é esse, que história é essa desse país onde essas coisas não são apuradas? Alguém pode ir em público e dizer, eu esquartejei ou vi esquartejar uma pessoa que está desaparecido, que a família está buscando e isso não é investigado. Até quando nós temos, com respeito às duas Comissões da Verdade aqui presentes, uma Comissão da Verdade Nacional calada? Calada até hoje. Há quanto tempo a Comissão Nacional da Verdade foi colocada? Não existe um único ato público dessa Comissão que seja publicado a nível nacional do que já se sabemos. Sabemos que houve uma ditadura civil e militar nesse país. Por que as ruas do meu país, as avenidas do meu país continuam tendo o nome de torturadores? Porque eu passo todo dia por um Viaduto que se chama Costa e Silva, um torturador, um ditador. Porque no Chile não passamos mais por ruas com nomes de torturadores, porque na Argentina não passamos mais por ruas com nomes de torturadores e nesse meu país eu continuo tendo que passar por essas ruas. Isso é um ato que uma Comissão de Estado pode fazer. Por que não faz? Pergunto eu. Por que temos que conviver com esses atos cotidianos de tortura nos nossos presídios, com nossos jovens que são presos e continuam com os mesmos metidos, sendo torturados como nós fomos. Por quê? Porque nunca foi esse arcabouço militar, da ditadura civil e militar destruído. Tenho que reconhecer a coragem da Comissão da Verdade aqui de São Paulo, na pessoa do Deputado Adriano Diogo e dos companheiros, Amelinha e o Ivan. Tenho que reconhecer o enorme esforço da Comissão de Pernambuco, mas continuo afirmando, é necessário que a gente tenha uma verdadeira Comissão de Estado. São dois anos. Onde está a Comissão Nacional da Verdade? Eu espero que minha mãe, com quase 100 anos, que vocês viram nesse vídeo, não morra sem ter reconhecido, responsabilizado os torturadores, os assassinos de meu irmão e também os meus torturadores e os torturadores de muitos dos companheiros aqui presentes, que já estamos de cabelos brancos, gritando por justiça, por verdade pela preservação da nossa memória. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Obrigada, Rosalina. Agora, com a palavra o Vereador da cidade de Olinda, Marcelo Santa Cruz.

O SR. MARCELO SANTA CRUZ – Boa tarde a todos e a todas. Inicialmente eu gostaria de prestar uma homenagem a um fato recente que ocorreu, mas que simboliza a questão perversa da repressão e da ditadura, que foi a violência que foi cometida contra as crianças, os filhos dos presos políticos. E anteontem, a semana passada, anteontem, o Carlos Alexandre Azevedo, o Cacá, morreu de overdose. E ele foi anistiado porque quando tinha um ano e oito meses, dois anos, ele foi inclusive preso junto com a mãe e sofreu choques elétricos e também foi jogado e teve uma fratura em sua cabeça, e a partir daí ele desenvolveu toda uma síndrome, inclusive antissocial, e levou toda uma vida, agora com 38 anos terminou dando fim a sua vida. E ele é filho de Dermi Azevedo, que é um dos fundadores do Movimento Nacional dos Direitos Humanos e também ex-preso político, juntamente com sua esposa e seu filho, o Carlos Alexandre.

E a gente tem constatado, não só em relação a esse caso, várias pessoas, não só crianças, mas adultos, depois da repressão ficaram desestruturados e muitos recorreram, como única forma de se libertar de seu torturador, o suicídio. Assim ocorreu com Frei Tito Alencar, com Maria Auxiliadora Lara Barcelos e tantos outros. Então eu gostaria, no início dessa Audiência, fazer essa homenagem a todos os filhos dos presos políticos que foram torturados. Porque a tortura é uma questão indescritível, agora, você torturar uma criança de um, dois, três, quatro anos é uma questão que foge a qualquer senso de civilidade, de humanidade, um absurdo. Isso não ocorre nem nos animais. Você não encontra um animal torturando um outro animal irracional. Então, feita essa questão, eu gostaria, como Rosa disse, teria muito pouca coisa a acrescentar em relação à luta da família, a busca, em relação ao que a gente relata aí nesse vídeo que Rosa apresentou.

E a grande figura dessa luta é mamãe nessa luta e a gente faz também, dedica esse vídeo a uma irmã minha que teve um papel fundamental nessa busca tanto na prisão de Rosalina como na busca na questão de Fernando e na solidariedade a todos os perseguidos políticos, que foi minha irmã Márcia Santa Cruz, falecida há uns seis anos

atrás de um câncer. É uma outra questão também, os perseguidos políticos, muitos que foram torturados e que viveram toda a busca, muitos morrem de câncer. A gente tem observado isso. Precisaria um dia fazer um estudo, qual a relação que teria o sofrimento daquela época e ter provocado depois, ter desenvolvido depois essa doença que tem eliminado tanta gente. Mas, em relação aos perseguidos políticos há um número muito grande, principalmente as pessoas que foram muito estressadas.

E a gente costuma colocar, nessa questão do desaparecimento de Fernando, que a nossa família a gente passou por várias questões na repressão. Eu fui expulso da faculdade pelo 477, fui exilado, passei um ano e meio na Europa, retornei depois para o Rio de Janeiro, fiquei 10 anos sem poder retornar em Pernambuco. Rosalina foi presa, sequestrada, torturada, ficou 45 dias desaparecida, passou em vários locais até ser identificada onde se encontrava, teve um aborto na prisão. Mas de todos os sofrimentos nossos, do exílio, da prisão, da tortura, a questão do desaparecido talvez seja a marca mais perversa da repressão, porque a gente não materializa a morte. A gente fica muito tempo esperando que aquela pessoa retorne e cada dia é um desespero muito grande porque a gente sabe que aquela pessoa se encontra na mão do inimigo sendo torturado e que a gente tem que fazer alguma coisa para tentar salvar aquela pessoa. E isso é uma luta muito desesperada. Além disso, teve uma face da repressão nesse caso que muitas vezes não é colocado. São as contrainformações que passavam. Veja, no caso de Ísis Dias de Oliveira, ela mandou uma carta assinada por ela, com a letra dela para Dona Felícia dizendo que ela estava viva. Essa carta talvez tenha sido escrita com ela sob tortura e tenha sido talvez aquela letra e aquela assinatura dela, e, no entanto, logo depois ela ficou desaparecida e foi morta até hoje. Dona Felícia vendeu tudo o que tinha, foi para o exterior em busca de uma pessoa que disseram que estava vivendo em Londres e chamava Íris. No caso de Fernando eles tentaram colocar uma família contra outra família. Como foi preso Fernando e Eduardo Collier, os dois juntos, e a gente sempre faz questão de tratar o caso de Fernando e Eduardo como um único caso, porque as prisões, a militância, a atuação é a mesma, e, no entanto houve várias informações para nossa família de que Eduardo não teria sido preso, se encontrava na França fazendo um curso lá com outro nome e que alguém teria visto ele lá passeando em Paris. Essa informação era primeiro para dizer que Fernando não estava desaparecido e segundo para jogar uma família contra a outra família. E isso foi utilizado muito pela repressão.

E no caso de Fernando, é muito interessante, e eu fazia questão que nessa audiência estivesse aqui Doralina, porque Fernando tinha um ponto com Doralina no domingo às cinco horas da tarde na Princesa Isabel, próximo à praia. E o ponto era um encontro de organização. E a companheira Doralina, além de ser direção nacional, altamente procurada porque foi Vice-Presidente da União Nacional dos Estudantes, e era companheira de Dorival, Jair Ferreira de Sá, que era Dirigente Nacional de AP, a pessoa mais procurada nos quadros de AP desde que começou essas primeiras quedas. E recentemente foi identificado um documento dos órgãos de segurança de 13 de fevereiro, e Fernando desapareceu no dia 23, de que a ordem era neutralizar Jair Ferreira de Sá. Neutralizar era eliminar. Então eles estavam atrás de Jair e de Doralina. E Fernando foi preso no sábado, por volta das 16 horas. 24 horas depois eu fui com minha esposa, Ana Carolina, que é irmã da mulher de Fernando, Ana Lúcia, cobrir o ponto com Dora. E Dora entrou no ponto muito tranquila, como ela era muito tranquila, coisa muito alegre, e a gente deu a notícia e saímos juntos, andando e olhando para ver se via alguém. Isso no Leme, no Rio de Janeiro, próximo do Teatro Princesa Isabel.

No dia seguinte, já na segunda ou terça feira de carnaval, cobrimos um outro ponto com o Fernando, chamava Fernando Pupo, que depois foi para o PDT e hoje reside no Rio de Janeiro. Foi Secretário parece que de Brizola, e Fernando também no ponto, cobrimos o ponto, foi quando demos a notícia da prisão e do desaparecimento, da prisão de Fernando, porque na época a gente achava que se tratava de uma prisão.

Nessa caminhada toda, e aí a Dora faz uma carta muito bonita que está no livro, a gente reproduziu uma partezinha aí do texto, em que ela confessa, esse fato descreve a humanidade que Fernando representava, a solidariedade. Fernando tinha um filho de um ano e oito meses, o Felipe, que amanhã está assumindo a Presidência da Ordem dos Advogados do Rio de Janeiro, na época tinha um ano e oito meses. E Fernando era apaixonado pelo Felipe, e, no entanto, ele deixava Felipe com Doralina e Jair, sabendo do risco que Doralina corria, o risco que Jair corria, mas que ele achava que Dora, por estar clandestina, submetida a maior clandestinidade, precisava um pouco de afeto, um pouco de carinho, um pouco de amor. E Fernando, e lá ficava. Um certo dia, Fernando, ao apanhar o Felipe, Felipe estava mordido em formiga, e toda vez que ele deixava Felipe com Doralina ele dizia, cuidado para não colocar o Felipe no formigueiro. E quando ele dizia isso ele dizia com duplo sentido, que era a questão também da repressão. Mas, a gente também no livro, que é importante analisar, a gente fez um

resumo de todo dossiê do que foi feito para localizar e para identificar a questão do Fernando. E aí traz uma carta, que é uma carta ameaçadora, de um coronel aqui do Segundo Exército, Horus Azambuja, essa carta ele ameaça, em nome do Comandante do Segundo Exército, dizendo que Fernando nunca foi preso, que essa história do Marechal que a gente colocava se tratava de uma mentira e que o Segundo Exército só prende as pessoas dentro da ordem, dentro do que estritamente a Legislação determina. E pede que a gente faça, entre as pessoas que foram envolvidas com essa falsa notícia, a gente coloque a verdadeira informação de que o Segundo Exército não cerceia a liberdade das pessoas. O Segundo Exército Brasileiro é um Exército respeitador da ordem, da liberdade e da democracia. A carta do Coronel está aqui no livro. Também tem algumas cartas de um dos maiores juristas desse país e que tomou uma posição de muita coragem e hoje a gente vê a dimensão, se reportando aquela época, que é do jurista Sobral Pinto, e que ele faz uma carta, o Armando Falcão, que mamãe fala no vídeo, que diz que é só mentira, e ele diz, o Armando Falcão, que ele como Ministro da Justiça o dever e a obrigação dele era fazer cumprir a Lei, e o que a Lei determina tem que ser cumprido. E cita vários artigos da Lei de Segurança Nacional em que não era permitido o que eles estavam fazendo com prisões, com torturas e com desaparecimentos, e que ele como Ministro da Justiça teria que tomar uma posição e não dizer que as pessoas estavam desaparecidas.

Finalmente, tem uma carta dirigida ao Coronel Augusto Serrano. Essa carta é feita pelo Vice Presidente da Cruz Vermelha Brasileira, Professor Gastão Jacinto Gomes. Ele diz nessa carta, e essa carta eu levei em mãos junto com a esposa de Fernando a Brasília e fomos na casa do Coronel, tiramos cópia da carta que está reproduzida. E ele diz, apresento o Doutor Marcelo, um dos irmãos do jovem Fernando Santa Cruz, que foi preso junto com o Eduardo, sobre quem falei quando você esteve aqui no Rio. O caso até hoje não obteve nenhuma solução. A família, como é natural, encontra-se em pânico. Assim diz a questão fundamental. Cheguei a obter informações dos rapazes Eduardo e Fernando através de um Coronel do Exército que exigiu que o seu nome não fosse revelado. Marcelo lhe informará em detalhes as informações que cheguei a obter desse Coronel. E aí a gente tinha vários encontros com esse Professor Jacinto que dizia que obtinha informações desse Coronel. Inclusive fizemos uma carta para Fernando e para que Fernando e Eduardo respondessem a carta para comprovar que realmente Fernando se encontrava vivo. Essa carta foi e nunca recebemos a

resposta. Mas nessa mesma época tinha vários encontros de várias pessoas procurando saber o paradeiro de Fernando. Tinha a Doutora Mércia Albuquerque, Advogada de presos políticos em Pernambuco. Tinha um Coronel indicado pelo Marechal Cordeiro de Farias, com quem o papai tinha trabalhado na saúde pública em Pernambuco e tinha as informações do Gastão Jacinto Gomes.

Nessa mesma época, quando cessou as informações, recebemos a informação de Recife de que Fernando tinha sido transferido para o DOI-CODI da Rua Tomás Carvalhal. Mércia escreveu inclusive com seu próprio punho em um rótulo de cigarro o endereço, Mércia Albuquerque, que era Advogada de presos políticos, que tinha obtido uma informação, que depois tomamos conhecimento que foi através de um militar que passava algumas informações para ela por questão de amizade, etc.

Nessa mesma época o Cordeiro de Farias disse, olha, cessou todas as informações e eu acho que ele não se encontra mais aqui no Rio de Janeiro. Chegou até a noticiar, o próprio Cordeiro, que Fernando teria sido liberado, e gerou uma informação desencontrada em Recife que Fernando teria sido solto. Depois, quando foi checada a informação foi liberado dos interrogatórios. E esse fato depois foi desmentido e era informações que as pessoas prestavam, não era nada oficialmente. E nessa mesma época houve o incidente que é narrado no livro e em todos os documentos, no DOI-CODI/SP, que lá chegando, Márcia, minha irmã, junto com outras pessoas, a Dona Risoleta Collier, estava lá às famílias de Marcos (ininteligível), que é um dos presos na época. E para se comprovar a prisão de Fernando e do Eduardo levamos uma roupa, duas maçãs e uma camisa e alguns objetos, e fomos atendidos no DOI-CODI por uma pessoa que se identificava como Marechal. Essa pessoa pediu os nomes, entrou, demorou um certo tempo, voltou e disse, olha, completou o nome Oliveira. Ele tinha o dado de Fernando Santa Cruz, ele completou Oliveira sem que Márcia adiantasse o nome completo deixando a convicção de que Fernando e Eduardo se encontravam naquele período, eu acredito que foi março ou abril, no DOI-CODI, no Segundo Exército. E, para convicção maior, a sacola foi recebida com os objetos e disse o seguinte, hoje não é dia de visita para eles. A visita é no dia 17. Era três ou quatro dias depois. No dia seguinte o Major Virgílio, do Segundo Exército, relações públicas, mandou chamar Rosalina. E Rosa lá ficou, compareceu no Segundo Exército junto com outras pessoas, se eu não me engano Márcia também esteve nesse encontro e o Major colocou que Fernando, estava só as roupas, a sacola, devolveu, que tinha sido entregue lá no DOI-CODI, no Tomás

Carvalho, entregou lá na relações públicas do Segundo Exército, devolveu as sacolas e disse: Fernando e Eduardo não estão presos aqui no Segundo Exército. E aí foi questionado, não sei ao certo se foi Rosalina ou foi a Márcia, teria dito, mas como é, a pessoa que recebeu disse que a pessoa estava presa, que tinha uma visita no dia 17 e coisa, etc., e agora vocês estão devolvendo esses objetos. E a pessoa disse, a justificativa, talvez o carcereiro lá quisesse furtar esses objetos. E a pessoa disse, então o Exército Brasileiro está muito mal servido. Como é que a pessoa que cuida de presos políticos vai furtar uma calça velha e duas maçãs? E gerou uma discussão e no dia seguinte Rosalina, Geraldo, esposo de Rosa na época, fizeram uma carta que foi distribuída na PUC e que dizia que era comum as pessoas serem presas e serem devolvidas depois em caixões lacrados. Eu, tomando conhecimento da carta vi que era muito forte para aquela época esses termos e preocupado me dirigi para São Paulo no dia seguinte com o meu cunhado José Eudes, porque eu sabia que poderia ter ocorrido alguma coisa.

José Eudes ficou na parada de ônibus de frente da casa de Rosalina e eu subi. Ao chegar na casa de Rosalina, toquei na campainha e tinha quatro pessoas, um rádio grande na sala e a pessoa falando diretamente para o DOI-CODI. Olha, acabou de cair mais uma pessoa aqui no aparelho, tal, tal e pedia a identificação, na época eu já estava como Advogado, me identifiquei como Advogado, apresentei a carteira e estava com as cartas do Sobral Pinto que está aqui no livro, que é de três de abril, que esse fato foi anterior, foi um pouco antes, por isso eu acho que foi março, e as cartas do Sobral Pinto, a saída que eu tive foi dizer que, também para me proteger, que eu trabalhava no escritório do Sobral Pinto, era colega de profissão, de escritório do Professor Sobral Pinto. E me lembro ainda o endereço que eu dei. Rua Debré, 23, primeiro andar, lá no Rio de Janeiro. Mas, ele demorou um tempo, depois ficou pegando André e levando André para a janela fazendo que ia sacudir André na janela. André era o filho de Rosalina, tinha quatro meses, quatro, cinco meses, e dizia, ria para titio, ria para titio. Para ver minha reação. Nisso eu fiquei muito nervoso, a empregada chorando muito, que era uma empregada de Minas que estava há pouco tempo na casa de Rosalina e quando eles entraram para prender Rosalina ela fez um bilhete e disse, não suba Dona Rosa, a Polícia. E sacudi esse bilhete e a Polícia pegou o bilhete. Então, em posse do bilhete, ele estava identificando que a Secretária era também uma pessoa da organização.

E nessa questão, eu fui conduzido depois, me mandaram conduzir ao DOI-CODI e no caminho, quando desci meu cunhado percebeu porque eu botei a mão para trás, não estava algemado, entrei em uma C-14, eles botaram um capuz, eu fiquei deitado. De imediato Eudes ligou para o Rio, ligou para Recife e foi entrado em contato com o Presidente do Conselho Federal da Ordem, Doutor José Neves, que era de Pernambuco. E José Neves acionou a OAB de São Paulo, então logo quando eu cheguei no DOI-CODI, que ele demorou a chegar porque circulou na cidade e depois parou em um barzinho, tirou o capuz, eu entrei no bar, eles pediram um café, perguntaram se eu queria alguma coisa e eu disse que não, quando eu me aproximei da porta pensando em fugir um dos policiais disse para mim: Doutor, se o senhor correr será um homem morto. Eu digo, não, não vou correr, não tenho nada a ver com a história, não sei o que. E fomos levados para o DOI-CODI. Um portão grande, entrou no carro, aí ficou todo tempo encapuzado, fomos interrogados, pisaram no pé, aí, quando fomos interrogados, ele me mandou dizer, eu contei uma história, ele desmentiu toda a história, disse que sabia que eu fui cassado pelo 477, sabia das acusações, que fui para o exterior, que denegri o país, a imagem do país, etc., algumas coisas verdadeiras, outras não, disse que eu tive na Casa dos Estudantes do Brasil na França, que era um centro de espionagem e eu não estive lá, porque a gente sabia já a informação de que existia muitos infiltrados, e na época que eu tive na França o Fleury estava na França e havia um acordo, uma compra de aviões Mirage em troca de informações do Governo brasileiro, etc.

Então, no interrogatório o tempo todo é que o Segundo Exército sabe trabalhar. Quem não sabe trabalhar é o Primeiro Exército. E que o Fernando não se encontrava no Segundo Exército em hipótese alguma e que deveria, se estar preso, deveria estar no Primeiro Exército do Rio de Janeiro. Ele perguntou também se eu tinha uma outra irmã ou só Rosalina. Eu disse só Rosalina e ele sabia já que Rosa tinha dito que tinha Elzita lá em São Paulo. Então ele, você está mentindo, não sei o que, que tem uma outra, etc., tal, tal, e fez todo aquele jogo de empurra. Eu me lembro que na época, que precisa verificar se é verdadeira essa informação, se o Brilhante Ustra estava nessa época lá. Se não era o Brilhante Ustra era o Ubirajara, porque eu me lembro pela figura que eu vejo e da figura física do Brilhante depois, pela ideia que eu tenho, é uma figura muito assemelhada. Um cara moreno, forte, cabelo, feições bem afiladas. Então é muito parecido na época com a figura do Brilhante Ustra. E que ele diria que está interrogando e que teria caído naquela, aquele dia era ele e tinha que ser resolvido o problema

naquele dia, etc., e eu fui no final do dia liberado para poder apanhar o André e levar o André para casa de Elzita.

Então eu acho que esse caso de Fernando, hoje eu acho que Fernando foi preso no Rio, foi trazido para São Paulo, aqui em São Paulo foi torturado, aí eu tenho hoje, com as informações do Cláudio Guerra, do torturador, do assassino Cláudio Guerra, essa história da Casa da Morte em Petrópolis. Essa história, antes do Cláudio Guerra falar já existia indícios e informações inclusive que estava sendo apurado pela Procuradoria da República, Procuradoria Militar, Ivan está acompanhando essa questão e tem informações sobre isso, de que a Casa da Morte, aquelas pessoas que foram presas naquela época, possivelmente Fernando teria passado pela Casa da Morte. Isso estava sendo investigado quando veio a informação do livro do Cláudio Guerra que dá também uma informação no mesmo sentido.

E era muito comum a mobilidade de um preso para outro, outra unidade da Federação. Assim o Mata Machado foi preso. Estava no Rio, foi se encontrar com Umberto Câmara Neto e nesse encontro desapareceu Umberto. Mata Machado veio para o Rio de Janeiro, veio para São Paulo, de São Paulo, quando estava sendo transferido foi preso o Mata Machado, Professor de Direito Penal de Minas Gerais, amigo do Doutor Edgar, pai de Mata Machado. Professor foi solto e dias depois apareceu a versão de que Mata Machado teria ido para Pernambuco e nesse Pernambuco teria havido um tiroteio que teria sido morto o Gildo Lacerda, o Mata Machado, e a pessoa que teria atirado, pela descrição física é o Paulo Stuart Wright, que era da Direção Nacional da Ação Popular. Ele informa, a notícia da informação que o Paulo Wright teria sido, essa pessoa teria levado um tiro, etc., que iria ser preso dentro das próximas horas. Como teve uma repercussão muito grande a versão da prisão, da morte do Mata Machado porque o Doutor Edgar da Mata Machado tinha sido ex-senador uma pessoa muito ligada a igreja, muito influente, e o Mata Machado terminou sendo exumado, já tinha sido sepultado, foi exumado no Hospital da Várzea, transferido o corpo para Belo Horizonte. Ao chegar em Belo Horizonte, não levaram atestado de óbito, demorou ainda, mas foi em caixão lacrado e nunca foi aberto esse caixão. A Comissão que investigava na época, eu, Amparo, outras pessoas, Ivan tem conhecimento, três corpos foram sepultados nesse período lá no Cemitério da Várzea. E depois os restos mortais de dois deles, que deveria ser o Gildo e o Stuart Wright, foram jogados em uma vala comum. E que pode até não ter sido os dois também.

Então a gente tem que fazer essa investigação para poder apurar, identificar o que ocorreu com essas pessoas. Mas não só saber como essas pessoas foram mortas, onde foram os restos mortais. É importante a gente identificar quem cometeu todas essas atrocidades. E a identificação dessas pessoas independe que esteja vivo ou que esteja morto, porque é importante que os vizinhos daquelas pessoas, os seus descendentes, os seus amigos, tenham conhecimento que aquele velhinho hoje que está com 90 anos, com 89, nos seus 40, 50 anos foi um torturador e um assassino do povo brasileiro. Identificar que aquele cara que morreu e que você conheceu em vida e que é descendente desse, esse sujeito foi um torturador, um assassino do povo brasileiro cometendo essas atrocidades que somente a gente acredita que ocorreram porque fomos vítimas daquela época, mas quem não viveu aquela época, a questão é tão absurda que tenha ocorrido, você torturar uma criança de um ano e oito meses dando choques elétricos, isso ocorrendo no Brasil e na indiferença da maioria do povo brasileiro e com a conivência das pessoas que ocupavam os cargos civis na época. Muitas dessas pessoas que hoje estão aí, muitos posam hoje de democratas, mas no seu currículo está lá a conivência, o silêncio e a cumplicidade com a tortura, com os assassinatos do povo brasileiro.

Então, essas questões a gente não pode transigir. Temos um compromisso de transmitir para as futuras gerações isso que ocorreu no país para que a tortura não volte a ocorrer nunca mais. E ao mesmo tempo, essas pessoas que foram mortas, torturadas, desaparecidas, assim como o Fernando, são os verdadeiros heróis do povo brasileiro e a história tem que contar como é que foi essas pessoas como hoje conta de Tiradentes, como hoje se conta tantos heróis do povo brasileiro, nós temos que colocar hoje os nossos heróis, mostrar o que eles fizeram, deram a vida para salvar outras vidas, como ocorreu com Doralina e Jair e outros companheiros e também para preservar o seu ideal de justiça, de liberdade, para preservar o que eles acreditavam colocando em risco e sacrificando o seu bem mais precioso, que era a sua vida, o amor aos seus filhos, a sua esposa, aos seus irmãos, a sua mãe em defesa da liberdade e da justiça.

Viva Fernando Santa Cruz. Presente Fernando e Eduardo agora e sempre.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Vamos prosseguir. Agora vai usar a palavra o Manoel Morais, relator do caso Fernando Santa Cruz, da Comissão da Verdade do Estado de Pernambuco.

Só um minutinho. Deixa eu me organizar também. Viu, como o livro do Cláudio Guerra, deixa só eu falar isso, só um encaminhamento aqui. Vivian, como o livro do Cláudio Guerra está sendo muito citado, se tiver um exemplar pelo menos para a gente mostrar. Tem aí um? Pronto.

O SR. MARCELO SANTA CRUZ – Está aqui o livro do torturador Cláudio Guerra, ‘Memórias de uma Guerra Suja’. Esse livro, dois jornalistas, e que ele resolveu falar e contar para os jornalistas e os jornalistas fizeram esse livro, que é o Marcelo Netto e o Rogério Medeiros. Mas o relato do jornalista é apenas a transcrição, a forma jornalística do depoimento do Cláudio Guerra.

O livro, quer dizer, é apenas as informações que ele colocou. A gente questiona, acha que muita coisa aí não é verdadeira, porque os caras também, quando eles trazem 12 casos são os casos mais emblemáticos. Talvez seja, dizendo que as pessoas foram incineradas na Usina de Campos. Talvez isso dê uma satisfação e a gente passe a deixar de denunciar porque já teve o resultado que a gente buscou por tanto tempo, saber o que é que ocorreu com essas pessoas. Mas isso é importante para a gente, mas é importante identificar quem fez isso tudo que ele está declarando. Não é só saber que Fernando foi incinerado, colocado os restos mortais em algum lugar. A gente quer saber quem foi que fez esses crimes, identificar essas pessoas e a questão, a gente sabe que a Comissão da Verdade não tem o poder de julgar essas pessoas, mas é um dever do Ministério Público e de nós familiares, tendo os elementos, ingressar em juízo para questionar inclusive a decisão do Supremo Tribunal Federal e que diz que a anistia perdoou esses crimes. Que a gente entende que não perdoou a tortura, são crimes contra a humanidade, imprescritível, a qualquer momento que se identifique algum torturador, algum assassino do povo brasileiro que tenha cometido essas atrocidades, esses crimes, esses criminosos têm que ser levados a Justiça, tem que ser apurado. Se ele vai cumprir ou não a pena, se ele tem mais de 90 anos, 100 anos, se já morreu é outra história. Mas que

a história tem que ser contada. A memória de um país é um direito humano que pertence ao povo brasileiro e nós não podemos transigir de contar a história como a história realmente foi e enaltecer, colocar no pedestal dos heróis da pátria todos esses companheiros que deram a sua vida.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Bom, o Doutor Manoel Moraes veio de Pernambuco e ele é o relator da Comissão da Verdade do Estado de Pernambuco. Muito obrigado o senhor ter vindo, o seu deslocamento. O senhor tem o tempo necessário para a sua fala.

O SR. MANOEL MORAIS – Eu queria agradecer a todos. Boa tarde a todas as companheiras, os companheiros militantes, todos nós que estamos aqui hoje à tarde, os que estão nos ouvindo, deve transmitir pela internet essa sessão tão importante e aqui cumprimentar o Deputado Adriano Diogo pela brilhante iniciativa da Assembleia Legislativa de São Paulo de criar a Comissão Rubens Paiva.

Deputado, o senhor sabe da nossa expectativa de Pernambuco, da parceria que nós já temos com várias pessoas que compõem a Comissão Rubens Paiva, e principalmente pela ajuda sempre presente que nosso irmão Ivan vem a Pernambuco e colabora com a gente permanentemente. Então já é um parceiro dessa luta, e claro que agora com a Comissão se torna mais ainda a possibilidade de ter mais instrumentos para continuar a fazer o trabalho que ele sempre fez e que é uma referência para todos nós.

A Marcelo Santa Cruz, meu companheiro, Rosalina, grato pela citação como irmão, mais irmã nessa luta, Amélia Teles, Francisco Oliveira, símbolo de Pernambuco como torturado, perseguido político, preso por mais de nove anos, Itamaracá. Por defender a liberdade, algo que é tão precioso para a nossa juventude. Otto Filgueiras pela sua pesquisa incessante na busca da verdade em relação a tudo que aconteceu sobre a AP, APML e, claro, a Elzita Santa Cruz, que a gente não pode deixar de citar.

Bem, eu queria colocar-me nessa tarde na condição de relator do desaparecimento forçado de Eduardo Collier e Fernando Santa Cruz, mas eu primeiro, eu queria me colocar, situar a vocês que estão aqui, do lugar que nós ocupamos nesse debate.

Em 2009 o Brasil convocou, através do Presidente Lula, a 11ª Conferência de Direitos Humanos, que um dos eixos dessa 11ª Conferência, vocês sabem que até a Nona Conferência de Direitos Humanos ela era organizada pela sociedade civil. A partir da 10ª ela passou a ser estruturada não só pela sociedade civil, em regime de colaboração, mas principalmente pelo Estado, a partir da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, que passa pelo status de Ministério. E as conferências dos direitos humanos que tinha, como eu disse, um papel de sociedade civil e de controle social, passa a ser parte de uma política pública, de construção da política pública de direitos humanos.

Um dos eixos da 11ª conferência, que foi produzido um relatório dessa conferência foi o pacto federativo. Ora, nós somos uma República. Uma República Federativa. A União, Estados e municípios têm prerrogativas, embora, claro, que responsabilidades diferentes, mas existem entre esse pacto papéis a serem exercidos por cada item do pacto federativo. Uma das discussões que nós fazíamos na Conferência dos Direitos Humanos acerca desse pacto federativo é a necessidade do respeito do protagonismo dos mecanismos dos direitos humanos a serem criados não só na esfera federal, mas que sejam também descentralizadas as políticas, os planos nacionais aos planos estaduais dos direitos humanos, porque não dizer municipais dos direitos humanos e também os mecanismos que venham a ser necessários para a luta dos direitos humanos.

E é nesse espírito que Pernambuco cria, a partir da Lei 14688 de primeiro de julho de 2012, a Comissão da Verdade de Pernambuco. Produzida essa Comissão a partir de uma pressão da sociedade civil que se constituiu em um comitê, Comitê da Memória e da Verdade, do qual eu faço parte como membro, na época fundador, Marcelo Santa Cruz e vários companheiros que não estão aqui, mas estão permanentemente na luta da sociedade civil pernambucana.

E essa Comissão foi constituída, esse comitê foi constituído a partir das entidades de direitos humanos que existe no Estado de Pernambuco. Nós temos, e

somos herdeiros, grande parte das entidades, e eu queria citar três em especial, em particular, de tantas outras, o Gajop, o Centro de Cultura Luiz Freire, o Centro Dom Hélder Câmara, da antiga justiça e paz, que foi a Comissão de Justiça e Paz, presidida por Dom Hélder Câmara, que foi o baluarte na época em Recife na proteção ou na denúncia das torturas feitas aos presos políticos no Estado de Pernambuco como a nível nacional, fora do país. E é em função disso que depois a Comissão de Justiça e Paz, digamos assim, muda o perfil, é que as pessoas que faziam parte da Comissão de Justiça e Paz, por exemplo, Doutor Marcelo Santa Cruz vão constituir, vão fundar entidades de direitos humanos. Marcelo Santa Cruz é fundador do Centro de Cultura Luiz Freire, é fundador do Gajop e é fundador do CEDEC. Isso é só para vocês terem ideia da importância de Marcelo para Pernambuco, não só da pessoa, mas o que ele representa. Então essas entidades de direitos humanos, todas elas, cito três por conta dessa afinidade, são devedoras da família Santa Cruz. São devedoras do que eles representam, do que disse Amélia.

Ou seja, a família Santa Cruz não ficou limitada a lutar pelos seus desaparecidos, ou Rosalina pela sua tortura, ou Marcelo pela perseguição que teve na faculdade. Lembrem-se que na terna idade, como universitário, Marcelo teve um colega de infância que o denunciou dentro da faculdade de Direito. Isso tem que ser dito, talvez não por ele, mas pela Comissão da Verdade. E essas pessoas que fizeram questão de colaborar e de denunciar pessoas como Marcelo pertenciam a uma rede muito mais ampla e nociva que era o Comando de Caça ao Comunista, que era um grupo de ultra direita que se organizava a margem da igreja católica e de igrejas protestantes e de setores da sociedade, elites agrárias, que tinham práticas de extermínio. Exterminar padres, pessoas, jovens, adultos, quem seja, que fosse comunista.

Na verdade o CCC é produto do movimento anticomunista e esse movimento anticomunista se articula dentro da PFP e de outras redes que produzem uma visão anti-teologia do Vaticano II. Por que é que eu estou dizendo isso? Porque nos estamos falando de Fernando Santa Cruz, de Eduardo Collier, de Paulo Wright, todas essas pessoas pertenciam a uma organização política chamada AP, Ação Popular, que se organiza em sede da igreja católica em uma compreensão teológica de que a igreja não se restringe a igreja católica, mas a Ecclesia de Theillard de Chardin. É a ideia de uma dimensão muito mais ampla. A igreja é o ser humano e o ser humano, como diria Dom

Hélder, é o nosso irmão, e qualquer pessoa que existe na terra é uma pessoa viva, digna, capaz de ser, e de ser respeitada a dignidade da pessoa humana.

A AP então vai radicalizar esse pensamento de Theillard de Chardin, de Jacques Maritain, de Padre Lebreton, que para nossa juventude, talvez aqui poucos da nossa juventude, nós não conhecemos. Mas são teólogos que foram fundamentais para uma compreensão mais larga do que representa o Vaticano II, que é a modernização da igreja. E esses jovens que foram e são católicos, vão entender na luta política estudantil um mecanismo de ampliação da evangelização. A evangelização não é só a palavra de Deus, mas a evangelização é mudar a realidade social, porque tomando conta do Estado ou incorporando os valores da igreja no Estado ou no movimento estudantil, ou na organização política, onde seja, onde quer que seja nós encontramos a justiça social.

Na verdade nós estamos falando de uma carta conciliar chamada Rerum Novarum, que aponta essa igreja mais libertária, essa igreja dos pobres, que depois vai ser chamada de teologia da libertação. Então a AP, a APML vai ser perseguida também por conta dessa opção, e se torna depois leninista-marxista se tornando APML. E depois de 73 APML do B, quando uma parte desse grupo opta pela entrada ao Partido Comunista do Brasil e também a própria luta armada. Vejam, essa opção radical pelos pobres ou talvez essa opção pela cruz é uma radicalização teológica de um compromisso preferencial pelos pobres. Então é disso que nós estamos falando. Porque às vezes parece que nós estamos falando do desaparecido político como sendo um militante inconsequente, uma pessoa que é enganada por alguém astuto e que se envolve na luta política porque era uma pessoa voluntarista. Fernando não era voluntarista, era um quadro político, assim como Eduardo Collier, assim como tantos outros que lutaram ou que são sobreviventes que estão aqui.

Lutaram por opção. Fizeram a luta política porque acreditavam nos seus projetos e se tornaram o que se tornaram ou não se tornaram, veja Rosalina aqui, referência nacional do curso de serviço social, na perspectiva crítica do curso social que ela representa. E o que seria de Fernando se fosse vivo? O jurista que seria Fernando, ao quilate que é Marcelo Santa Cruz para Pernambuco. É disso que nós estamos falando. É o atraso de pessoas que morreram e que não tiveram o direito de serem pais. De pessoas que não tiveram direito de seguir a opção pela liberdade e pela utopia.

Então a sociedade pernambucana, devedora que é de tudo o que Marcelo, a família de Fernando, e tantos outros presos políticos de Pernambuco que se tornaram depois da redemocratização, pessoas fundamentais da estruturação democrática do Estado de Pernambuco, devedor que Pernambuco é de toda essa história, chegou o momento que o Estado de Pernambuco assumisse o protagonista, protagonismo esse que nós já buscávamos desde a 10ª Conferência de Direitos Humanos, de constituir uma Comissão da Verdade entendendo o Estado que tem autonomia para isso. Através do pacto federativo, nós somos um Estado autônomo, e nós podemos constituir uma Comissão. E a Comissão de Pernambuco, a partir inclusive da intervenção de Marcelo no processo de negociação e de construção dessa Lei, que essa Lei foi negociada com o comitê e com a Assembleia Legislativa e o Governo do Estado, que inclusive é um projeto de Lei do Executivo que foi aprovado, tramitado na Assembleia Legislativa por consenso de todos os partidos. Isso é importante ser dito. A Comissão tem uma legitimidade ampla, porque a discussão dos direitos humanos é apartidária. Não se foca aqui o PT, o PCdoB, o PFL, seja quem for. A discussão de direitos humanos aqui é uma discussão de Estado, não uma discussão do Governo. E o Governo de Pernambuco assim entende, ingressou com uma ação, o projeto de Lei, a Assembleia se entendeu por consenso aprovar o projeto e foi feito algo que também a nosso ver é muito importante, a composição da Comissão segue uma regra estabelecida pela sociedade civil, que é uma consulta à sociedade civil para que um sexto nos nove membros, nós somos nove, sejam vindos, oriundos da sociedade civil, e só três, assim dito pelo Governador, não tenho interesse de nomear mais do que três, serão indicações do Governador.

Assim foi feito. O Governo do Estado, depois de aprovado o decreto solicita à sociedade civil que indique nomes. Como eu vinha da coordenação do Gajop, que é uma das entidades da qual o Marcelo foi fundador e atuava, atuei no CEDEC e em outras entidades na luta pelo movimento nacional de direitos humanos, fui indicado. Em função dessa responsabilidade estou aqui. Ou seja, nós, enquanto comissionados da Comissão Estadual Dom Hélder Câmara, sim, a nossa Comissão tem como nome o legado de Dom Hélder Câmara, não podia ser diferente, porque não significa, claro, que a nossa Comissão é católica. Ela é laica. Mas tem o nome de Dom Hélder Câmara, significa dizer um reconhecimento que ele não é Bispo só da igreja católica. Ele é um Bispo do povo brasileiro. E sua luta política por essa concepção da teologia pela opção dos pobres faz com que nós sejamos uma Comissão que tem uma responsabilidade

infinita, não só pelo nosso legado da Lei, a responsabilidade legal, mas pelo simbolismo de Dom Hélder para todos nós que somos pernambucanos ou nordestinos ou brasileiros ou quiçá cristãos ou quiçá seres humanos desse país ou desse mundo que o conheceram.

Então, a partir desse legado, o que eu queria dizer para vocês é que a própria Lei estabelece que nós temos uma data, temos dois anos e a partir desses dois anos poderão ser prorrogados. A Lei também diz que nossas investigações são para investigar casos de tortura, estupros, graves violações dos direitos humanos praticados por agentes públicos do Estado de Pernambuco. Significa dizer torturas praticadas por pernambucanos ou pelas instituições da segurança pública do Estado de Pernambuco contra qualquer brasileiro. Claro, ou seja, o Estado colaborando com a repressão que era federal, comandada pelo Exército, mas que também tinha agentes públicos do Estado, concursados públicos, espaços cedidos pelo Estado. E também investigar todas as situações de violação de direitos humanos praticados contra pernambucanos fora do Estado de Pernambuco. E é por isso que nós estamos aqui hoje. Além do convite do Deputado Adriano, repito, pela sua atuação brilhante aqui na Assembleia, mas também pelo interesse público da sociedade pernambucana. E aqui eu falo não só como alguém que conhece Marcelo, alguém que é próximo do movimento dos direitos humanos. Eu estou aqui representando a opinião pública de Pernambuco. Agora, a opinião pública pernambucana representada em uma Comissão Estadual que é um órgão provisório. E por que é provisório? Porque até hoje o Estado não teve interesse de investigar essa história.

É preciso deixar bem claro que só existe Comissão da Verdade porque o Estado nunca quis apurar essa verdade. As Comissões da Verdade só existem, 'latu sensu' falando, nas 40 experiências que existem no mundo, porque todos os Estados tiveram como opção, principalmente os Estados que viveram transições como ditaduras ou cisões sociais graves, como no caso da Apartheid na África do Sul, os Estados não tiveram capacidade de pactuar com a sociedade ou de discutir com a sociedade as graves violações que ele praticou. Então, como o Estado não tem condições, muitas vezes até moral, de fazer essa investigação, é chamada por parte da sociedade civil e de pessoas que são designadas em função de sua atuação, seja no campo diplomático, ou seja, no campo da atuação dos direitos humanos, a composição dessas pessoas em Comissões da Verdade.

Esse engajamento, esse manto jurídico está fundamentado em uma teoria chamada justiça de transição. E o que é que significa a justiça de transição? Significa dizer que durante uma ditadura militar, um regime totalitário, as instituições elas mudam seu sentido, mudam a característica de ser. Essa casa, que é a casa do povo paulista, de produção de Leis e normas, passa a ser um lugar de denúncia, de deduração, de perseguição, de Leis arbitrárias. Ou seja, as instituições se transformam. Uma faculdade de direito como era a Faculdade Tobias Barreto, a nossa faculdade tão simbólica de liberdade vai se tornar a faculdade que vai cassar Marcelo Santa Cruz. É isso que é um regime ditatorial.

E é por isso que se instala nessa cidade uma Comissão da Verdade, ou seja, de uma justiça, perdão, de transição, que é entender como os mecanismos do Estado, vejam, se tornam mecanismos totalitários ou mecanismos que vão construir essa estrutura terrorista do Estado. Porque na prática o Estado começa então a praticar tortura, ou seja, terrorismo. É o terrorismo de Estado, e esse terrorismo de Estado praticado de uma forma indiscriminada ela vai ser estruturada como uma política pública.

Veja, quando a gente fala de política pública, política pública o nome por si só não quer dizer que ela seja boa não. O nazismo produziu uma política pública de extermínio de judeus. Então, o que nós precisamos para que essa política pública identificar o que foi a política pública terrorista do Estado, significa dizer se debruçar sobre todos os vieses, sobre todas as informações, sobre toda a produção desse Estado. E como fazer isso se nós não temos acesso aos documentos? E como fazer isso se o Estado não reconhece os danos que praticou, a mentira que fez? Porque Marcelo e Rosalina não contou, mas o Estado brasileiro, no caso de Eduardo e Fernando Santa Cruz foi mais além. Não só mentiu para as famílias, mas mentiu para os organismos internacionais. Produziram documentos oficiais do Estado dizendo que Eduardo Collier e Fernando Santa Cruz estavam na verdade foragidos. Não eram nada presos ou perseguidos. Eles estavam na verdade processados por crimes comuns. Deviam na verdade estar fugindo da polícia porque na verdade são bagunceiros. Não dizem dessa forma, mas esse é o conteúdo.

Então, vejam, o Estado brasileiro mente não é só para a família, são para os organismos internacionais. E os organismos internacionais criam mecanismos de

consulta ao Estado brasileiro e esses mecanismos de consulta não são respondidos a altura do que nós chamamos sistema de direitos humanos, seja OEA, seja a ONU.

E por que é que isso acontece? Porque também os mecanismos internacionais daquela época, de 68, etc., viviam uma crise política interna. E essa crise política interna faz com que nós tenhamos em cheque ou coloquemos em cheque muitas vezes o próprio debate a cerca dos direitos humanos. Muitas pessoas dizem, olha, a OEA não tem poder, não pode julgar, essas coisas não tem poder. Sendo que a partir de 93 surgiu a Segunda Convenção Internacional dos Direitos Humanos e nessa Segunda Convenção Internacional dos Direitos Humanos esses mecanismos se aprimoraram a ponto de fazer com que haja uma maior blindagem por parte dos mecanismos em relação aos Estados.

Por que eu estou dizendo isso? Porque em 2009 o Brasil foi condenado, em função do desaparecimento forçado de 70 guerrilheiros da Guerrilha do Araguaia. E essa condenação ela é fundamental para entender a importância dela no contexto do qual nós estamos falando. O dano continuado dos guerrilheiros do Araguaia é o mesmo dano continuado do desaparecimento de Fernando e Eduardo Collier. A jurisdição é a mesma internacional. Então significa dizer que se o Estado não der respostas a Rosalina e a Marcelo sobre Fernando e sobre Eduardo Collier, o Estado estará incorrendo em grave violação dos direitos humanos no mesmo sentido que foi o desaparecimento dos 70 guerrilheiros. Por isso que nós da Comissão Estadual priorizamos nas investigações os desaparecidos políticos. Porque dos desaparecidos políticos nós temos jurisprudência internacional capaz de forçar o Estado para fazer a investigação, produzir recomendações e inverter o processo degenerativo que é o Estado terrorista.

Então, vejam, mas paradoxalmente e infelizmente, o nosso Supremo tomou uma medida de entender que a Lei da Anistia ela é compatível com a nossa constituição, a DPF 153, promovida pela OAB.

E aí a Comissão da Verdade ela entende que o papel dela como, o ponto de partida da Comissão da Verdade Dom Hélder Câmara é através das audiências públicas, através do debate dos relatórios que nós vamos apresentar a sociedade, através de todo o trabalho que nós possamos desenvolver, é criar uma consciência crítica na sociedade para que haja pressão não pela Comissão, porque nós somos, como eu disse, órgão provisório, não somos justiça, mas cabe à sociedade se organizar, por isso essa audiência é tão importante, Deputado. Porque cabe a Assembleia Legislativa de São

Paulo, a Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, aos Deputados federais fazerem pressão, fazerem movimento social, produzirem o movimento nacional para que haja efetiva mudança da compreensão da decisão 153 do STF. O que nós chamamos que é possível através dos embargos declaratórios. Ou seja, nós temos agora o Brasil em dois sentidos. Um Brasil que é condenado pela Corte Interamericana e um Brasil que se diz totalmente compatível com a Lei da Anistia com a nossa Constituição de 88.

Ora, a Constituição de 88 é que incorpora os direitos humanos. É a Constituição do artigo quinto que incorpora o crime de desaparecimento, e se nós formos analisar, o crime de desaparecimento político incorre no Código Penal em nove crimes. Ocultação de cadáver, falta do devido processo legal e tantos outros que aqui a gente não vai se prolongar.

Então eu queria avançar para já ir concluindo, dizendo para vocês do destino de todos os relatórios e documentos que nós vamos ter. Eu queria passar para vocês um pequeno vídeo que a própria Lei cria a partir do momento que a Comissão termina, a Comissão Dom Hélder Câmara, ela entregará toda a documentação ao chamado Memorial da Democracia. Esse memorial já é um produto da própria Lei. Ele não tem som. É sem som. É só um vídeo, um arquiteto que fez, é um projeto.

Esse Memorial ele se situa no centro do Recife, no Liceu de Artes e Ofícios, que é dentro, quem conhece o Recife, é dentro de uma área nobre, quer dizer, politicamente importante porque é na frente do Teatro Santa Isabel e do Palácio Campo das Princesas. Então esse Memorial será um espaço onde toda documentação acerca de Marcelo, acerca de Eduardo e Fernando será disponibilizado de uma forma planejada por um projeto historiográfico. Embaixo desse Memorial da Democracia terá um cofre. Esse cofre é a prova de fogo, etc., e será colocado lá toda documentação que nós coletarmos.

Então, nesse Memorial a ideia é que os estudantes de escolas públicas possam ter acesso a todas as audiências, possam ter acesso a todos os relatos, a todos os documentos, claro que isso produzido de uma forma pedagógica. Então esse é um tripé da justiça de transição que é o processo pedagógico. Se não houver, pedagogicamente, a informação do que aconteceu e de uma forma didática, tudo isso vai parecer a luta dos familiares e não a luta da sociedade. Nós não estamos aqui, entendam o que eu quero dizer, eu não estou aqui como familiar. Eu estou aqui como sociedade pernambucana. Transcende o interesse de Marcelo e de Rosalina. É a sociedade pernambucana que quer

saber onde está Fernando, o que aconteceu com Eduardo Collier. E nesse processo do Memorial da Democracia, que é uma equipe arquitetônica, produzido de uma forma especial, está em sintonia com as experiências do centro de memória que existe na América Latina. E os centros de memória são espaços que eram espaços de tortura e se tornaram espaços de debate, espaços que vão rememorar o que aconteceu nesses lugares. Então, nesse caso específico o Liceu não foi um centro de tortura, mas é um prédio estratégico em um lugar importante que nós acreditamos que vai servir a essa finalidade. Pode fechar.

Abrindo o arquivo da Comissão, eu queria entrar na relatoria. Me perdoem o tempo, mas é só para vocês terem uma ideia de como é que procede dentro da Comissão.

Aqui. Pode listar, por favor. Relatoria dia 17/02, planejamento da relatoria. Isso. Aqui. É a data mais atual.

Vejam, nós temos dois documentos internacionais que orientam a Comissão da Verdade de Pernambuco. Um documento internacional que sistematiza a experiência internacional acerca da Comissão de Memória e Verdade que existe no mundo, são 40 nacionais e outras locais, é o Protocolo de Istambul. E esse protocolo de Istambul, resumindo, traz dois dados importantes para hoje. Primeiro, total transparência das investigações acerca das relatorias para os familiares. Então as famílias de Marcelo, de Eduardo têm relatório permanente de todas as informações que nós coletamos. Todos os documentos, sejam sensíveis ou não, a família tem acesso a eles. Por que isso é importante? Porque muito tempo no Brasil foi dito que as informações não poderiam ser repassadas.

Ora, se a Comissão da Verdade existe e as pessoas mais interessadas não têm as informações daquilo que se revela, daquilo que se investiga, há uma situação de dificuldade do entendimento da própria origem que faz com que nós possamos existir. Então, foi produzido, a partir dessa relatoria, um planejamento, esse planejamento na prática ele é todo baseado no Protocolo de Istambul e dentro dos itens foi feito o levantamento ideográfico acerca da AP, APML de todos os casos desse processo, ou seja, dessa temática, ou seja, desse caso específico. Além disso, o processo de levantamento dos dados, sejam eles dados diretos ou indiretos. O que eu quero dizer, por exemplo, a contribuição imensa da família de Eduardo e de Fernando Santa Cruz,

porque Marcelo nos doou, doou não, na verdade ele entregou para a Comissão, no terceiro dia de criada a relatoria, todo o acervo que ele tem sobre o caso. Significa um dossiê produzido ao longo de uma vida. E esse dossiê está de posse da Comissão, que deverá digitalizá-la, para que esse dossiê, que é o primeiro acervo que nós recebemos na Comissão da Verdade de Pernambuco, estará depositado no Memorial da Democracia. Estão entendendo? Então, toda a documentação que recebemos ele é digitalizado, é organizado, dentro de um planejamento museológico, que faz todo esse levantamento, como eu dizia, didático e esse material vai ser acesso para a população.

Então é assim que nós estamos trabalhando com o recebimento de documentos e acervos. E uma coisa importante que nós pedimos em todas as audiências é a colaboração da sociedade porque muitos desses documentos ficaram de posse da sociedade. De que forma? Às vezes de uma forma legal, porque alguém tem o documento de posse, e muitos casos de forma ilegal. Ou seja, existe várias pessoas que têm documentos e acervos oficiais, mas na verdade esses documentos são oficiais. Não poderiam estar na mão de pessoas, principalmente de pessoas que colaboraram ao regime. Então essa documentação ela é trazida, quando entregue, nós recebemos uma documentação, por exemplo, de uma família de um ex-Delegado do DOPS/PE e essa documentação que nós recebemos ela foi tratada e foi possível, a partir desse acervo, identificar mais um desaparecido político de Pernambuco. Então, vejam a importância desse processo de investigação dos acervos e da responsabilidade com esses acervos. Porque se esses acervos estiverem em mão erradas significa uma história que não será revelado ou significa uma impunidade a mais em todo esse contexto.

Aqui tem um relato que Amélia já fez, é uma síntese, pode baixar. E lá na frente nós vamos sistematizar algumas metas. Prazos e a tentativa de identificar a causa do que levou os abusos, isso aqui é uma recomendação internacional, as circunstâncias, está previsto no Protocolo de Istambul, as circunstâncias, as causas e os responsáveis. E principalmente, veja, o que diz o sistema internacional dos direitos humanos, o destino final e o paradeiro das vítimas, no caso de desaparecimento forçado. Baixa aqui, por favor. É porque tem uma citação embaixo. Aqui, olha, Nações Unidas. É uma resolução, 9/11 do Alto Comissariado dos Direitos Humanos. Ou seja, a questão do desaparecimento político é uma prioridade internacional, porque é dele que é possível o crime continuado.

Gente, isso é tão importante, porque na prática, por que se eliminou os corpos? Porque quando se elimina os corpos não tem crime na perspectiva penal. Mas sendo que a perspectiva internacional, é de um direito dual, plural, e não é do direito penal que nós conhecemos na régia do direito nacional. Então, na perspectiva internacional dos direitos humanos, o desaparecimento forçado ele corresponde a um direito natural. Enterrar o corpo, a luta de Dona Rosalina por enterrar o corpo do seu filho é um direito que está em Antígona, que é uma narrativa grega da filha de Édipo em função de uma disputa que se dá pelo trono de Atenas. Eu não vou aqui discutir sobre isso com vocês, esse é um debate que vocês podem ler, é importante ler a história de Antígona, mas desde a Grécia se discute o direito de enterrar o filho. Então esse é um direito que se diz natural, ou seja, é um direito elementar, um direito que é indisponível, ele não pode ser negociado, ele não pode sequer ser dado a quem quer que seja. Nem que o Estado editasse uma Lei que dissesse, olhe, nós podemos sequestrar de mães filhos, essa Lei seria para o sistema internacional totalmente incompatível com o Estado democrático ou com a sociedade de direito.

Então, a partir daí nós vamos fazer a construção de dados e mapeamento e pesquisa de contexto. Por que contexto? Porque nós precisamos contextualizar, acerca da justiça de transição, o que aconteceu com as instituições. Porque no final do nosso processo, do nosso projeto, ou seja, do nosso relatório, nós vamos ter que fazer recomendações às organizações do Estado. É preciso que a educação eduque mostrando que existiu uma ditadura. É preciso que a saúde se adeque a identificação da tortura. Inclusive a necessidade de capacitação sobre o que significa a tortura, porque quem tortura não deixa marca. Se sofisticada a ponto de não deixar marca. As torturas que nós estamos falando era porque era em um manto de total impunidade, mas elas existem hoje. E como é que nós tratamos com ela? Ou nós vamos continuar jogando debaixo do tapete? A identificação de evidências, a identificação de qualquer padrão de repressão, coleta de documentos e audiências, aqui vem às audiências de Collier, da família.

Esse é o planejamento. Pode baixar, por favor. Fazer contatos nacionais. Todos esses contatos foram feitos. Aqui eu queria fazer um destaque importante, a Deputada Luiza Erundina. Luiza Erundina participou da nossa primeira sessão no dia primeiro de junho e da nossa primeira reunião junto com o Governador Eduardo Campos, ela participou dessa reunião e os conselhos que ela deu foram, estão sendo fundamental para o trabalho da nossa Comissão.

A companheira Luiza Erundina tem nos ajudado com subsídios extremamente importantes. Para vocês terem uma ideia, foi constituída em 92 uma Comissão externa para investigar os desaparecidos políticos. Os documentos dessa Comissão externa até hoje eram sigilosos. Para vocês terem uma ideia, nós conseguimos todos os relatos que nós solicitamos. Depoimento de Marechal, não da Revista Veja, mas a Comissão externa. Marival. Perdão. Marival. O depoimento de Gilberto Prata. Por que o depoimento de Gilberto Prata é importante? Porque uma das linhas de investigação acerca do desaparecimento forçado de Eduardo e Fernando é o processo de infiltração. E esse processo de infiltração também se dá a partir do entendimento de como o mecanismo de repressão agia. E agia não só no processo de mudança dos órgãos públicos em órgãos de tortura e repressão, mas também de cooptação de agentes da própria luta democrática. E esse processo de infiltração se dava por duas estratégias. Uma era a de sobrevivência. E eu quero aqui testemunhar, por exemplo, o sempre presente discurso de Marcelo Santa Cruz na defesa daqueles que torturados falaram. E Marcelo diz, sob tortura não se discute o comportamento. Mas, existe um outro tipo de depoimento que não é sob tortura e esse fenômeno ocorre a partir de um processo chamado pela repressão de rede de informações. E todos os Delegados do DOI-CODI, pelo que nós entendemos, construíram redes, e redes que envolviam desde agentes públicos como também pessoas que eram colaboradoras. E o colaborador, gente, vai desde o padre da esquina ao pastor da igreja à professora da escola, o professor da universidade, o membro do CCC, aquele que se entregava revolver para matar alguém. Quer dizer, a rede foi constituída de repressão, e essa rede ela era financiada principalmente pelas empresas privadas.

E aí nós temos relatorias de casos e relatorias temáticas. As relatorias de casos vão discutir os desaparecimentos forçados e as torturas dos casos tópicos, e através dessa investigação das relatorias dos casos nós vamos ter as relatorias temáticas. Uma delas é do financiamento da repressão. E desse financiamento nós vamos encontrar o financiamento americano, a Cia, agências americanas e organismos do governo americano através de uma ONG chamada IBAD, que em 1962, só para vocês terem uma ideia aqui de São Paulo, talvez vocês não conheçam a realidade de Pernambuco, mas em Pernambuco existiam as ligas camponesas, movimento social importante de luta pela reforma agrária. E em 62 as ligas camponesas representavam uma força popular tão significativa que para o mapeamento da ditadura, inclusive do governo americano, eles

acreditavam que por Pernambuco iria surgir à nova Cuba da América do Sul. Essas informações existem na chamada CPI do IBAD, que Doutor Miguel Arraes, ex-governador do Estado, que na época vinculado ao PSB, que para aquela época significava dentro do arco de alianças o que existia de resistência democrática no país com outros líderes. Brizola, o próprio Governo de sustentação ao Governo João Goulart. E o IBAD, só para vocês terem uma ideia, vai financiar, vai investir em mecanismos de cooptação e compra de votos explícitos na eleição de 62 contra Arraes. Isso nós vamos levantar em uma CPI chamada CPI do IBAD, que nós também estamos tendo acesso à documentação.

Então, para terminar, aqui eu quero chegar à conclusão, é que nós temos uma série de parceiros. Além da Comissão Nacional da Verdade, que tem nos ajudado, Deputada Luiza Erundina, nós temos o Ministério Público Federal, a Comissão de Mortos e Desaparecidos do Ministério da Justiça, a Comissão de Mortos e Desaparecidos do Ministério dos Direitos Humanos e a Comissão da Anistia do Ministério da Justiça.

Primeira audiência foi 30 de agosto e assim nós vamos tendo as ouvidas. Fizemos a ouvida de Cláudio Guerra dia 31 de janeiro. E aqui só um parêntesis, algumas perguntas que nos fizemos e alguns dos debates que tratamos com Cláudio Guerra naturalmente serão ainda objeto de um relatório que será publicado para acesso a todos. Mas, fica para hoje a Comissão Estadual, de uma forma preliminar, eu diria que é muito pouco dizer que o incineramento aconteceu só na Usina Cambayba. Em Pernambuco existe indícios da prática de incineramento de trabalhadores da luta pela reforma agrária nas usinas de Pernambuco. Inclusive em um depoimento de um agente da repressão lá de Pernambuco ele chegou a dizer que Gregório Bezerra, um líder comunista importante no nosso Estado, iria ser queimado vivo em uma usina em Pernambuco.

Então veja que o mecanismo de utilizar o incineramento de pessoas não era uma prática exclusiva aqui do sudeste. Era algo ligado ao próprio modelo oligárquico do campo, desse modelo da monocultura da cana. Agora, nós precisamos, e aí nós queremos discutir com a Comissão de São Paulo sobre o Cemitério de Perus. Porque nós acreditamos, a partir do depoimento do Cláudio Guerra, que a tese ou a hipótese do desaparecimento dos corpos serem na Usina Cambayba nos parece hoje muito frágil. Não existe um fato probatório que faça com que nós possamos colaborar com essa

versão. Nós acreditamos hoje, estamos muito mais alinhados à percepção de Otto, o escritor e pensador sobre a questão da AP, APML. Eu acho que o caminho que ele aponta de que o Cemitério de Perus e os outros clandestinos aqui de São Paulo, claro que eu não estou dizendo, entendam, eu não estou dizendo que isso é uma conclusão institucional, mas a partir dos indícios que nós coletamos do depoimento de Cláudio Guerra, várias partes, todo relato dele sobre as circunstâncias dele em Pernambuco, todas elas foram colocadas e dúvida. Ou seja, parece mais uma narrativa de alguém que narra uma história a partir do que já existe. Mas não uma narrativa de alguém que efetivamente praticou, que praticou, praticou, como diz o Marcelo, concordo, mas existem graves lacunas para que possamos afirmar que de fato aconteceu esse encaminhamento. Não descartamos nenhuma hipótese, e, portanto nós estamos investigando também o incineramento. É uma hipótese. Mas hoje nós acreditamos que as valas comuns nos cemitérios clandestinos em São Paulo, a meu ver, a nosso ver, a Comissão de Pernambuco, a partir inclusive de que o Otto defende, é um caminho muito mais viável, dentro do que é possível ser comprovado. E aí nós encontramos um impasse, parte dessas ossadas ainda não foram identificadas e sequer tratadas.

Então nós temos um passivo histórico, a Comissão de Pernambuco e de São Paulo, de dialogar acerca da identificação dessas ossadas, porque para nós eu acho que fica claro que essa identificação é fundamental.

Então eu queria concluir, só para vocês entenderem, aqui tem o acervo do que o Doutor Marcelo entregou. Depois, lá embaixo vocês vão encontrar toda a documentação acerca de tudo aquilo que nós encontramos. Isso é atualizado semanalmente. Tudo que nós encontramos esse relatório é atualizado e enviado para a família. A família toma ciência dessas informações e ela tem a autonomia de saber tratar das informações. Por exemplo, o Doutor Marcelo acabou de falar de uma informação que não foi divulgado pela Comissão, mas ele tem autonomia, como família, maior interessado, de divulgar ou não aquela informação que nós conseguimos coletar. Não quer dizer que nós não vamos informá-la de forma pública, mas nós acreditamos que a família tem essa autonomia, além da Comissão, inclusive de divergir da Comissão. Não há nenhum problema. É o controle social da Comissão.

Então, por fim, vocês vão encontrar vários documentos que nós vamos sistematizar, depoimentos, todas as ouvidas de Cláudio Guerra no Ministério Público

Federal. Aqui eu quero agradecer o Procurador Suiama, que nos enviou toda a documentação. O Ministério Público, através da PFDC, que tem colaborado de forma efetiva na Comissão da Verdade de Pernambuco.

Então eu termino, eu acho que a gente pode ir fechando, dizendo a vocês o seguinte, primeiro uma palavra de incentivo à Comissão Rubens Paiva no sentido de que nós acreditamos que temos muitos desafios a serem perseguidos juntos. Nós acreditamos, a Comissão de Pernambuco, que essas Comissões, ou seja, a Comissão de Pernambuco, a Rubens Paiva, a Comissão Nacional, não podem agir isoladamente. Não podem ser investigações sobrepostas. Precisam ser investigações cruzadas, porque nós precisamos ter inteligência de investigação.

Essa documentação que nós levantamos precisa estar disponível para a Comissão de São Paulo e vice-versa. A ponto de que as Comissões possam otimizar recursos e, evidentemente, esforços. Não tem sentido cada Comissão agir de forma independente porque não é essa a ideia que nós advogamos. O que a gente advoga é que as Comissões constituam uma rede de informação e que permitam, através dessas investigações e dos relatórios e das recomendações, produzir políticas públicas que sejam eficazes.

Do ponto de vista do caso do desaparecimento de Eduardo e Fernando, nós incorporamos esse desaparecimento a todo processo de queda da AP, APML. Então na prática hoje nós estamos transitando da relatoria de Fernando e Eduardo para uma relatoria mais amplas, que envolve todos os outros casos, Paulo Wright, Gildo, e assim por diante, Honestino, que vão aglutinar essa investigação acerca desse período.

E por fim, eu queria dizer a vocês do caso Anatólia. Eu queria só um minuto para falar sobre isso. É um relato, quer dizer, o que eu quero passar para vocês, da primeira conclusão nossa, da Comissão da Verdade, que nos conseguimos ter. A sociedade civil, através do Doutor Marcelo Amparo Araújo, do Movimento Tortura Nunca Mais de Pernambuco, nos entregou um dossiê sobre o caso Anatólia, que é uma pessoa que pertencia ao PCBR, uma organização política importante em Pernambuco e no Brasil, mas Pernambuco de uma forma significava, atuava de uma forma, tinha uma representação muito forte, inclusive no meio estudantil, mas Anatólia no campo. Na organização PCBR, mas na luta do campo. Inclusive nosso companheiro participou da sessão sobre o esclarecimento, informações sobre o caso de Anatólia. E nós

conseguimos um novo laudo pericial que demonstra, que prova que Anatólia não foi, não praticou o suicídio, mas que ela foi assassinada. Então agora nós temos um documento público, do Estado, através da polícia técnica, que não é mais uma versão, mas que demonstra que pelas fotos, pelos elementos que nós conseguimos coletar, além do dossiê que temos, para vocês terem uma ideia, no acervo do DOPS de Pernambuco nós temos a bolsa e a alça que ela usava. Ou seja, a alça ela tem um metro. Então, com um metro não dava para você colocar duas voltas no pescoço e se pendurar no banheiro. Evidente que você pode perguntar, Manoel, isso é tão óbvio. Sim. Mas é o óbvio que o Estado dizia durante 30 anos. Que Anatólia se enforcou através de suicídio, era uma pessoa depressiva, a tese do Estado, e foi lá e se enforcou. E através de depoimentos dos companheiros dela e da investigação e do processo de ação da Comissão da Verdade Dom Hélder Câmara, e digo isso, eu queria registrar, não é para mérito da Comissão. É para mérito da sociedade civil, é para mérito da nossa democracia. Tudo que descobrirmos, tudo que for evidenciado, tudo que vier a tona, o mérito não é de nenhum comissionado, não é de nenhum membro, mas da nossa democracia.

Se conseguirmos, se ao longo de toda essa história conseguirmos resgatar a versão verdadeira de um caso, toda nossa luta já será bem vinda. Mas se conseguirmos, e devemos, de todos os casos, teremos êxito. E é isso que nós precisamos buscar. A evidência, os dados e os responsáveis. Agora aí, depois, caberá ao Ministério Público Federal, de posse do relatório final, agir com seu poder que tem de tutela das garantias fundamentais do direito coletivo e difuso na ação das prerrogativas constitucionais da democracia brasileira. Ou seja, nós acreditamos na democracia e é por isso que nós vamos agir com o contraditório, etc.

Por que é que eu estou dizendo isso? Porque as sessões de Pernambuco, só para concluir, Deputado, desculpe, é porque professor nunca conclui. Se o senhor não disser, termine. É porque nós fizemos, além da Lei, além do decreto que é o regimento da Comissão, um provimento. Esse provimento ele, eu acredito que pode também ser utilizado na Comissão Rubens Paiva. Por que esse provimento é importante? Porque ele está baseado na experiência de Istambul, que é quem sistematiza a experiência das Comissões Internacionais de Memória e Verdade e esse provimento cria a seguinte circunstância. Por exemplo, a pessoa que vai depor ela tem que escolher se quer ser pública ou não. Isso é um direito da pessoa que depõe. Porque a pessoa que depõe pode querer dar informações que lhe são caras. Pode nem ser, entendam, vamos entender a

situação de cada um, pode nem ser uma informação importante, mas a pessoa tem o direito de dar um depoimento restrito. Esse direito é uma garantia internacional. Não quer dizer com isso que nós estamos tirando da sociedade a informação, porque o depoimento que essa pessoa dará, esse depoimento será público e será publicizado através de documento escrito ou dos vídeos que são gravados. Os vídeos que são gravados, como eu aqui fiz inclusive, a Comissão fez isso, tem que ter autorização da pessoa, porque o uso da imagem é um direito constitucional.

Veja, a gente tem que ter essas prerrogativas, esses cuidados, porque nós não podemos cair no risco de produzir, e nós não vamos fazer isso, um processo de exceção. Quer dizer, nós estamos sob uma experiência internacional de direitos humanos consolidada e de um Estado democrático. Então, as prerrogativas que são necessárias serem preservadas elas serão preservadas a partir do momento em que nós teremos uma meta, um objetivo, que é a busca da memória e da verdade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Parabéns. Só que eu queria falar o seguinte, esse companheiro que está aqui, Chico de Assis, era do PCBR. Hoje é uma coisa mais AP. Ele puxou, vou falar do nosso, para fazer um contraste com a fala do professor, ele puxou nove anos de cana na Ilha de Itamaracá pelo PCBR, que era quase uma condenação à morte ou quase uma prisão perpétua. Então nós temos um personagem vivo da história do Brasil que puxou nove anos de cana na Ilha de Itamaracá. Mas, como o Deputado Darcy Passos, essa pessoa maravilhosa, Deputado cassado... Grava. Não é todo dia que tem um Darcy Passos dando sopa aí.

O SR. DARCY PASSOS – Adriano Diogo, Presidente, e todos os companheiros, eu queria fazer umas observações.

Eu entendi bem. Lamentavelmente havia jovens que saíram. Acho que lhe faltou uma coisa, e eu vou lhe fazer um apelo, que faça, sobretudo quando há jovens, há uma visão política e uma visão legal. O compromisso político de cidadania com direitos

humanos não tem prazo, ele é eterno. O compromisso com a verdade não tem prazo, ele é eterno. Então, a Lei eventualmente fixou dois anos. Esses dois anos é um compromisso legal. O compromisso político é exaurir tudo o que se possa dos dois anos, ampliar os dois anos e depois a luta pelos direitos humanos e pela verdade é eterna. Ela não está sujeita à Lei que cria a Comissão Nacional, a resolução que cria. Esse é um compromisso cívico, e esse é permanente, é eterno.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Professor, mas o senhor vai voltar outro dia para falar mais, porque a nossa Comissão é uma simples Comissão de resolução. A de vocês é uma Comissão de Estado. Olha a diferença. Somos quase clandestinos.

Vamos lá. Chico de Assis, pesquisador... Olha, nós estamos na vigília. Pode por o quadro funcional, o Fernando Santa Cruz, estamos aqui na vigília. Se o Governo do Estado até às seis horas da tarde não corrigir ou não responder alguma coisa nós vamos dizer que o Estado de São Paulo ainda não entendeu o que aconteceu com o Fernando Santa Cruz.

Chico de Assis, eu sei que você é um dos organizadores do livro, mas como você é um personagem vivo da história do Brasil, fala um pouquinho de você, da sua trajetória, do seu pessoal, do seu povo. Faz uma introdução. Olha, pessoal, eu queria pedir um favor, aqui, embora a gente está no clima das catacumbas assim, está insuportável o frio. Nós estamos ficando gelados. Pede assistência para alguém, pelo amor de Deus, porque nós estamos congelando aqui. Parece que a gente está no fundo do porão do DOPS, pelo amor de Deus.

Então, com a palavra, Chico de Assis.

O SR. CHICO DE ASSIS – Boa noite. Acho que nós já estamos começando a segunda parte da nossa audiência pública, se desenvolveu com os devidos depoimentos,

agora a gente chega a um momento do lançamento do livro que foi feito sobre Fernando Santa Cruz e que é uma homenagem a Fernando, que hoje faria 65 anos de idade, e a sua mãe, essa guerreira heroica, estoica, cujo título está aqui, 'Onde Está meu Filho?' É o drama de Dona Elzita que está mais ou menos relatado aqui no livro.

Meu nome é Chico de Assis. Eu sou ex-presos político de Pernambuco, Estado onde passei, para esclarecimento aqui, onde passei nove anos, quatro meses, 27 dias e 12 horas entre a Penitenciária Barreto Campelo e a Casa de Detenção do Recife. Por formação acadêmica sou também Advogado. Por regate da profissão, histórico da profissão sou Jornalista. Depois da anistia resgatei a profissão que eu exercia antes do golpe de 64. Mas aqui eu não quero ser visto como nada disso. Aqui eu quero ser visto como um ativista político amigo da família Santa Cruz há 50 anos. Daqui a oito dias eu e o companheiro Marcelo Santa Cruz estaremos comemorando uma convivência e uma militância conjunta, em alguns momentos longe, em outros momentos, mas sempre com um objetivo comum, porque desde aí entramos no Colégio Nóbrega, onde fomos cursar o curso clássico e depois fizemos juntos uma parte do curso de direito, ele terminou cassado pelo 477 e eu terminei indo embora para o Ceará para tentar salvar o curso porque eu já havia tido uma primeira prisão.

Na época nós chamávamos, com a licença da palavra, mijar na cadeia, porque eram cinco dias, foram cinco dias apenas que passei preso em 67 e aí fui para o Ceará, e daí em diante entrei em um regime de clandestinidade. Mas é essa amizade, que foi forjada nessas circunstâncias, que teve lances dramáticos dentro dos quais eu pude constatar a solidariedade, a firmeza, que não vem só dos filhos da família Santa Cruz, é um tronco. Aqui a gente tem não só a figura estoica de Dona Elzita, mas o seu marido também, o Lincoln Santa Cruz, os dois abriam sua casas em um período que não era fácil fazer isso, e depois a gente vai falar um pouquinho a respeito, abriram sua casa para me receber quando em um momento de muita delicadeza, eu estava começando a entrar na clandestinidade. Então essa amizade forjada em situações assim, consolidada em uma militância que ora foi conjunta, ora foi distante, mas sempre voltada para um objetivo comum é que me permitiu, depois da anistia, ser convocado pelo companheiro Marcelo, ao lado de outros companheiros, Gilvano Filho, Glória Brandão, Jodeval Duarte, Nagib Jorge Neto e a saudosa, combativa, querida Deputada Cristina Tavares, membro do grupo autêntico na época do PMDB, eu acho que ela merece todas as palmas que a gente possa bater, e foi a partir dessa amizade que eu pude em 82 ser

convocado por Marcelo, ao lado dessas figuras que aqui estão no livro, para ver o que é que a gente podia fazer para celebrar os 10 anos de desaparecimento de Fernando, que iria ser celebrado em 84.

Então nós reunimos e decidimos fazer um livro que contasse a sua história. E aí os quatro lavarem as mãos, quer dizer, os quatro, os seis, cada um se dedicando a uma parte, tivemos que penetrar na pesquisa de um país que não é fácil imaginar hoje em dia. Um país que tem sociólogos, (ininteligível) referiam-se a ele como país da cordialidade. Um país que foi visto por personagens, altos escritores, grandes escritores, como o país do carnaval. O país que é sempre visto como o país do futebol. Nós temos que, quer dizer, é inimaginável um país que é visto assim ter passado o período que passou e a gente mesmo tem dificuldade de, se a gente não tivesse vivido, como disse o Marcelo, de fazer as pessoas compreenderem como isso era possível. Um trechinho apenas aqui do livro, vou ler só para dar essa ideia. Cada esquina desse país se transformou em viela para um sequestro e o povo brasileiro foi forçado a conviver com cenas até então inéditas em seu cotidiano. O poder recomendava, com promessa de recompensa a delação pura e simples de qualquer ato suspeito. Sem dever nada ao estilo dos faroestes americanos, nas grandes e pequenas cidades foram espalhados cartazes com as fotos dos procurados pelo regime. A classe média e outros segmentos da população, no campo e nas cidades, sofriam influência dessa campanha de perseguição política e violência contra os opositores do regime. Os porteiros de edifício e donos de imobiliárias também se encarregavam de servir a ordem estabelecida, enviando nomes e relatórios sobre os movimentos dos moradores dos imóveis sob guarda. Quem pretendesse se locomover de um Estado a outro não escapava da obrigação de apresentar documentos de identidade submetidos ao implacável crivo dos órgãos de segurança que não passavam mais a ser apenas órgãos policiais ou órgãos vinculados a polícias civis, mas passavam a ser órgãos vinculados a polícias civis e também extensivos e principalmente a todas as forças armadas, Exército, Marinha e Aeronáutica.

Então era um país desconhecido. Eu ia me referir a isso por conta da plateia que tínhamos a bem pouco, particularmente para os jovens, mais jovens ainda porque eles são adolescentes, mas para juventude, para as gerações posteriores um país inimaginável. Foi nesse país que tivemos que mergulhar para contar a história de Fernando Santa Cruz. Um secundarista, um adolescente com as mesmas ideias, as mesmas necessidades, os mesmo anseios e as mesmas práticas de todos nós. Gostava de

namorar, gostava de festa, gostava de, assim como disse Lilian, era uma figura extremamente alegre, mas já preocupada, talvez porque no Nordeste nós costumamos dizer que amadurecemos a base de carbureto, a gente amadurece muito cedo. Ele, apesar de toda essa, era um cara concentrado e que procurou, nessa situação e nesse contexto terrível de repressão desenfreada em que as portas todas de participação política, as portas legais de participação política foram radicalmente fechadas. Em que as próprias instituições políticas foram desfiguradas por vários atos de violência, cassação de Deputados, prisões de líderes sindicais, quer dizer, todos os caminhos que antes cabia à juventude e que a juventude seguiu, antes do golpe, por exemplo, na UNE, todos esses caminhos foram radicalmente e brutalmente fechados. Então, em uma conjuntura dessas, uma figura alegre, bem com a vida, amando a vida e por isso querendo que seu país fosse melhor do que aquele que nós tínhamos, se encaminhou para luta revolucionária.

Fernando Santa Cruz passou então a militar já na, ainda muito jovem. Sua primeira prisão é de quando ele ainda era menor, participando de uma das passeatas da época, Fernando foi preso faltando uns 15 dias para completar 18 anos, mas foi possível mantê-lo em um juizado de menores, que era o que interessava inclusive a gente na época.

Então mergulhamos nesse país para contar essa história, desde esse momento, e aí passamos também a ter que acompanhar o drama, a crueldade, dessa peregrinação que foi praticada pela família Santa Cruz, de quartel em quartel, de Delegacia de Polícia em Delegacia de Polícia, de cada uma das notícias falsas que se tinha. Fernando está no Amazonas, Fernando está no Araguaia, Fernando está no, e a firmeza de Dona Elzita a cada uma dessas respostas cínicas. E ela disse muito bem, e o livro registra isso, como é que um filho, um filho que amava, um filho que tinha dois anos apenas quando desapareceu, um filho que amava a esposa, um filho que amava a mãe, um bom filho, iria deixar sem nenhuma comunicação a todos esses? Foi o que o Ministro do silêncio e do nada a declarar, que era o Armando Falcão, deu essa justificativa depois de uma série de pressões que os familiares todos conseguiram fazer e que tinham recebido a promessa de obter algum esclarecimento.

Então tivemos que acompanhar e mergulhar nessa peregrinação que é cruel, muito firme, muito generosa, uniu toda uma família, uma família de 10 filhos, hoje

apenas com oito, e de um casal também realmente decidido a saber das coisas, a lutar para saber onde estava seu filho, com quem estava seu filho, o que fizeram com seu filho. Nós tivemos que percorrer essa coisa e o livro registra isso. Tivemos também, e aí a colaboração, por isso eu deixei para falar da nossa Cristina um pouco depois, porque tivemos a colaboração nesse momento, importantíssima, da Deputada, pesquisando, relatando o que ela mesmo tinha vivido na época da, o que ela mesma tinha vivido nas discussões sobre a CPI, sobre a CPI das torturas, que foi uma das discussões sérias que se teve naquele período de 78, 79. Na discussão da anistia, que é preciso sempre que se diga, não foi ampla, não foi geral, não foi irrestrita. E hoje a gente lamenta muito, eu estou acabando de ler o livro do nosso Fernando Gabeira, inclusive não achei muito profundo esse último que ele fez, eu até gosto do estilo dele, gosto muito do que ele diz e faz, mas ele na narração da volta ele comete um erro imperdoável para quem teve a história que ele teve e para quem tem o envolvimento que ele teve. Ele fala, veio a anistia e veio ampla, geral e irrestrita. Essa falácia foi inclusive utilizada na tarde mais triste da nossa Corte Suprema, a mais triste de toda a história da Corte Suprema. Essa falácia, através de um membro que também, inesperadamente, porque o Juiz Eros Grau, ex-presos político aqui de São Paulo, ex-militante da Aliança Libertadora Nacional ao lado de Carlos Marighella. O Juiz Eros Grau, componente da Corte Suprema do país, do Supremo Tribunal Federal, recorre dizendo, já que houve a anistia ampla, geral e irrestrita, que se absolva e se anistie também os torturadores, os estupradores, os usurpadores do povo brasileiro. Quer dizer, Cristina esteve no pivô desses acontecimentos e tenta registrar aqui no livro toda essa luta, toda discussão, toda a disputa que era feita naquele momento.

A partir daí então fizemos o livro, com esses relatos, com esse enfoque. A história de Fernando, a história da família, a luta da família, a história dos que foram solidários a luta, os parlamentares, as entidades, os comitês de anistia que já estavam formados na época. Bom, registramos isso. E aí, 26 anos depois, no meio de um aniversário da nossa querida Dona Elzita, nós confabulamos, eu, Marcelo e mais alguns dos companheiros que também estão aqui, dissemos, por que é que a gente não faz um novo livro? Por que não reedita? E aí a primeira discussão foi manter, por respeito inclusive ao registro histórico, a gente reconhece até que o livro pode ter falhas literárias, pode ter falhas da própria linguagem que é utilizada, porque na época, talvez em alguns momentos, quem for olhar com muito rigor vai achar trechos e mais trechos

de uma linguagem um pouco panfletária, que era comum, muito comum na época. Mas nós decidimos, a partir da família, principalmente a família, manter a narrativa na forma como ela tinha sido feita. O fio condutor da narrativa seria mantido integralmente. Fizemos algumas correções formais que eram necessárias, reduzir um parágrafo, reduzir isso, reduzir aquilo, mas o essencial, toda narrativa, as entrevistas com os amigos de Fernando, mesmo que também já possam parecer hoje superadas, mas a gente achou que era um registro histórico importante para quem fosse ler agora tentar se situar, imaginar o que foi aquele tempo. E aí decidimos isso, mas também sabíamos que não podíamos pura e simplesmente fazer o livro. Quer dizer, relançar o livro da forma que estava, porque já tinham decorrido aí 25, 27 anos, que era preciso também que se considerasse.

Então nós tentamos atualizar, de 85 a 2011 o que teria ocorrido nesse país, particularmente em relação a essa luta dos desaparecidos, a essa luta pela verdade, e aí fomos contar com a contribuição da nossa Amelinha Teles, que pegou o fio. O livro foi mantido na sua estrutura essencial e a partir daí íamos ter que tentar entrar no que tinha ocorrido depois de 85. Nisso a contribuição da Amelinha foi fundamental trazendo a tona o problema da vala de Perus, as dificuldades, a imensa resistência burocrática que foi criada para que as coisas se desenvolvessem. E nesse particular também ela faz justiça, e nós queremos fazer justiça aqui também, na época, a ex-Prefeita Luiza Erundina, ao papel que ela teve, ao esforço que ela fez, o livro registra, o texto de Amelinha também o registra.

O texto de Amelinha nos situa do essencial. Mas aí houve também vários avanços, apesar de todas essas dificuldades, apesar de a gente ter demorado muito a chegar nesse momento que estamos vivendo hoje. Quer dizer, o país foi um dos mais atrasados, quando já se tem na Argentina, no Uruguai, no Chile, até na Bolívia, na África do Sul, já se teve a solução dessa questão, o país já ajustou conta com os seus, com a mentira, com a sua história. Aqui nós estamos chegando a esse momento culminante com um atraso de 37 anos. Mas chegamos.

Então passamos a registrar essa evolução. A Lei que garantiu aos desaparecidos políticos a indenização, a Lei que garantiu também o reconhecimento pelo Estado, mesmo que não dissesse que eles fossem, mas o reconhecimento de que eles foram mortos, que até então as mulheres dos companheiros que desapareceram, os filhos dos

companheiros que desapareceram eram, uma expressão feliz de um Deputado da época, o Deputado Alencar, eram os filhos do talvez e as viúvas do quem sabe. Quer dizer, a partir de 95, se não me engano, essa situação pelo menos deixou de existir porque o Estado reconheceu que havia, quer dizer, que aquelas pessoas estavam mortas e eram desaparecidas e seus corpos precisavam ser resgatados, mas não tinham sido até então.

Depois então a discussão feita sobre a Comissão da Verdade, e é desse momento que estamos vivendo. O livro então tem a pretensão de ser um subsídio para essa questão que se está travando. Nós aumentamos razoavelmente a sua edição. Agradecemos a isso ao Governador do Estado Eduardo Campos, que teve toda a sensibilidade para compreender, que foi a CEPE, uma editora lá de Pernambuco, e que nos permitiu fazer o livro sem nenhuma restrição, com as páginas que quiséssemos fazer, porque a nossa primeira edição tinha sido muito fruto de um trabalho da Deputada Cristina Tavares junto a Paz e Terra. Então fizemos essa segunda edição com o propósito de ser um subsídio a esse momento, as Comissões da Verdade todas que estão funcionando e também como uma homenagem a essa figura.

Como eu já disse, essa figura estoica, essa figura heroica da nossa terra, para a qual em um momento feliz de poesia, que é um campo em que eu, depois dessa atividade política toda comecei a produzir, eu disse em um poema em homenagem a ela ao qual deixo aqui os versos finais.

O olhar de Dona Zita, só bondade irradiaria, não fosse a fagulha, fratura exposta que sem lhes tirar o brilho pergunta firmemente: Onde Está o meu Filho?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Pessoal, o nosso último convidado é o Otto Filgueiras, mas eu preciso falar uma coisa. Já passou das seis horas, são seis e cinco e nós estamos direto em contato com o Palácio dos Bandeirantes através da Secretaria do Governo e com a Secretaria de Recursos Hídricos, com o Secretário de Recursos Hídricos, do DAEE, é um órgão, é um departamento dessa Secretaria, para ver se tem uma resposta oficial do Governo do Estado a respeito da ficha de, o registro de

empregado do DAEE onde, vocês podem olhar na tela, está escrito assim, ata da dispensa, as duas últimas linhas, embaixo tem, São Paulo, 21 de setembro de 73, tem lá, data da dispensa, cinco de setembro de 74. Observação: Nos termos do artigo 482 da letra I da CLT. Essa redação equivale a abandono do cargo. Então nós fizemos por escrito, embora informalmente tenhamos falado várias vezes, nós fizemos por escrito requerendo ao Governo do Estado de São Paulo, para a própria Casa Civil do Governador, para a Secretaria dos Recursos Hídricos, em nome da Comissão Estadual da Verdade, que houvesse uma retificação dessa redação, coisa semelhante que ocorreu com a professora Ana Rosa Kucinski no Departamento de Química da USP, que ela também foi caracterizada como abandono de cargo. Tem o requerimento aí? Como isso é muito importante para a gente, e nós avisamos com muita antecedência, entramos em contato, falamos, olha, vai ser lançado o livro. É importante ser corrigido. Vai ser um escândalo nacional se até hoje, desde 74 o Fernando continua constando no seu, no documento de admissão do registro de empregado que ele foi dispensado por abandono. Corrijam. Não queremos fazer da Comissão da Verdade nenhum antagonismo nesse nível. Fizemos todas as recomendações. Agora, aí também depois pedimos, está aqui o documento datado de oito de fevereiro de 2013, Secretário Edson Giriboni. Retificação do Registro de Empregado, prontuário Servidor, Amelinha fez várias tratativas. E o que é que pede o requerimento no resumo? A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, no uso de suas competências, requer a retificação da ficha de registro de Fernando, substituindo a causa da dispensa por abandono de emprego para que conste no campo de observações o seguinte texto: vítima de sequestro e desaparecimento forçado por agentes do Estado. Então nós pedimos essa substituição, esse reparo, essa correção, e pedimos, até às duas horas da tarde eles nos informaram que chamaram o Procurador do Estado lá no Palácio para achar uma saída jurídica e pelo visto, estamos tentando aqui, falei pessoalmente com o Deputado Edson Aparecido, que é ex-militante do PCdoB. Pedi para ele vir no lançamento do livro, que ele seria muito bem recebido, que nós o trataríamos da melhor forma possível, que a família do Fernando o receberia de braços abertos. Enfim, todos os esforços.

Professor Darcy Passos, microfone. Microfone porque não é todo dia que a gente ouve o Darcy Passos.

O SR. DARCY PASSOS – Como eu fui Promotor, eu sei no Código Penal, nos crimes contra administração pública, a figura do abandono de cargo ou função. Na Legislação Trabalhista (ininteligível:) Artigo 482 diz, abandono de emprego. Só. Mas a doutrina e toda jurisprudência diz que o abandono de cargo penal ou abandono de emprego trabalhista pressupõe corpus et animus, dizem os juristas. Ou seja, ou uma declaração ânimo, vou largar este emprego ou vou deixar esse cargo, ou a declaração expressa ou o decurso do tempo, 30 dias, no abandono do cargo penal ou no abandono do emprego. Mas, toda doutrina e toda jurisprudência diz que é 30 dias sem justa causa. No caso do Fernando consta da Lei que o Estado assumiu a responsabilidade pelo desaparecimento dele. Da Lei. Então não se deve pedir ao DAEE. O DAEE é obrigado, de acordo com a Lei, a mudar, porque não houve, inclusive na Legislação Trabalhista e na jurisprudência trabalhista, e todos conhecem isso de todos os jornais, sai publicado, avisa-se o empregado fulano que se não comparecer nos próximos 30 dias estará, ou seja, a omissão desta publicação, que impediu que dissesse, e o fato da Lei dizer que impediu porque estava desaparecido por causa do Estado bastam para mudar a justa causa, suposta justa causa, inexistente justa causa.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT - Obrigado, Professor. Parabéns. Por isso que ele foi cassado. Otto Filgueiras. Deixa eu ir lá tentar resolver esse negócio pelo telefone.

Otto, companheiro, pesquisador sobre a vida de Fernando Santa Cruz.

O SR. OTTO FILGUEIRAS – Primeiro eu preciso esclarecer que eu não estou pesquisando e nem terminando um livro sobre Fernando Santa Cruz. Eu estou há 28 anos, e desde 2001 em tempo integral, pesquisando a trajetória teórica, política, prática, ideológica da organização de esquerda Ação Popular e de seus vários militantes. Para isso eu realizei mais de 200 entrevistas, pesquisei todos os arquivos policiais

disponíveis, li todos os livros e, naturalmente, cheguei também nós mortos e desaparecidos da AP. Não que isso fosse o objeto principal da pesquisa. A pesquisa é justamente para trazer a tona o que é que foi a organização de esquerda Ação Popular. Que ela teve origem de fato na (ininteligível), mas depois largou fora essa história da igreja, defendia a luta armada, embora era contra o que se chamava de foquismo, organizações foquistas, embora tenha na prática dizimada pela fúria repressiva.

E aí eu também pesquisei, ou seja, como consequência, o que foi a fúria repressiva. Então houve várias mortes. Mas houve um assalto sangrento a AP, comandado pelo Centro de Informações do Exército a partir de agosto de 1973 e que culminou em fevereiro de 1974 com prisão e morte de Eduardo Collier e Fernando Santa Cruz.

O que é que tem diferente na minha pesquisa que não tem nesse livro que eu li ainda quando era o Fernando Santa Cruz na capa, que é um livro muito bem feito, muito bem pesquisado, tem toda história do Fernando. E não é por acaso que eles não se deixaram envolver pela futrica de tentar jogar uma família contra a outra. Porque o Fernando não era para ter sido assassinado. Fernando poderia estar aqui hoje se ele tivesse dito para Doralina Rodrigues Carvalho que tinha um ponto com Eduardo Collier. Porque era Doralina que ia no ponto. Então aqui o Fernando estaria vivo hoje homenageando a Doralina e o Jair Ferreira de Sá porque estariam assassinados. Que essa ofensiva do CIE, Centro de Informações do Exército era para pegar não o Fernando, mas a Doralina Rodrigues Carvalho. Acontece que o Eduardo Collier estava sendo acompanhado, seguido pela polícia e não sabia. E quando Fernando vai no ponto pegam os dois. Aí é tudo conjectura o que aconteceu.

Muito bem, o livro da família Santa Cruz deixa muito claro que a última informação que ele estaria vivo foi obtida aqui no DOI-CODI de São Paulo pela figura do Marechal, que era o carcereiro do DOI-CODI, que poderia, que o Fernando e o Eduardo Collier poderiam receber visitas dia 17. E recebeu até as roupas. Por que é que ele recebeu? Porque ele achou que era, porque a repressão, as forças militares não eram tão organizadas assim. Aí depois se arrependeram porque deve ter torturado muito Fernando Santa Cruz para dizer onde você estava, Doralina, e ele não disse, e por isso ele foi morto. Aí disseram que ele não estava lá. Mas a responsabilidade, a última informação concreta era essa.

Aí surge a história do livro do Cláudio Guerra. Eu troquei uns e-mails com a Rosalina e disse, eu acho pouco provável, se o Fernando Santa Cruz estava vivo e o Eduardo Collier também, eles serem levados mortos para o Rio de Janeiro para serem cremados na Usina, porque isso implicava mais gente saber, envolver Aeronáutica, avião, e era muito complicado. A não ser que eles tenham sido levados de volta vivo. Mas por que é que eles teriam levado de volta vivo se eles vieram do Rio? Então, a única hipótese concreta de achar o Fernando Santa Cruz e o Eduardo Collier, ou o Governo obriga esses órgãos de segurança a abrirem seus arquivos e algum documento que diga que o Fernando Santa Cruz foi assassinado e o Eduardo Collier também, ou vai ser no Cemitério de Perus, porque lá foi morto e enterrado Paulo Stuart Wright. Foi preso entre quatro e cinco de setembro de 1973 por agentes do DOI-CODI aqui em São Paulo e depois assassinado e enterrado no Cemitério de Perus com o nome de Pedro Tim. Eu tenho isso comprovado. No entanto, porque o fogo, foi no crematório de Perus ou se foi no forno da usina, o fogo apaga tudo. Não fica prova do DNA. Agora, se é no cemitério não. Mesmo que o Fernando Santa Cruz e Eduardo Collier não esteja lá, o corpo do Paulo Wright está lá naqueles ossos que foram misturados a outros que estão na UNICAMP que o Badan Palhares fez questão de fazer a confusão.

Porque eu acompanho essa história há 28 anos. Eu li tudo isso, de fio a pavio, de trás para frente. Uma coisa compulsiva, porque nessa ofensiva sangrenta para cima da AP eles usaram cooptação, não foi só do Gilberto Prata. Usaram do Aldemir Silvério dos Reis aqui em São Paulo cooptado pelo CENIMAR. Agora, não era o CENIMAR que dirigia a operação. Quem dirigia a operação era o DOI-CODI, era o Centro de Informações do Exército. Isso está claro nos livros do historiador Carlos Fico, que fez 'Como Eles Agiam' e 'Além do Golpe'. Ele teve acesso a arquivos secretos da ditadura e demonstra isso.

Então essa conclusão que eu chego não é por acaso. Por isso que é importante, é uma pena que o Deputado Adriano Diogo não esteja aqui, mas eu acho que o Ivan Seixas e a Amelinha estão, que eles tenham descoberto os documentos que demonstram a vinculação, empresários da FIESP, do Consulado dos Estados Unidos com os órgãos de repressão de São Paulo. Eu estava me programando para vir na segunda feira só para ver isso, mas eu tive um problema de saúde grave, porque eu já estou velho, mas não estou estragado, e não pude, mas resgatei os documentos. Como é importante isso que está sendo feito agora, de pedir para o Governo do Estado se pronunciar sobre a

demissão do Fernando Santa Cruz. Essas questões são essenciais. Não adianta aqui agora você tentar passar por cima de tudo que foi apurado. O livro do Nilmário Miranda e do Carlos Tibúrcio que é 'Dos Filhos deste Solo', já faz um balanço muito bem feito das mortes todas e dos desaparecimentos que existem. E está claro lá o que aconteceu com Fernando Santa Cruz e Eduardo Collier. Está claro o que aconteceu com Paulo Stuart Wright. Está claro o que aconteceu quando Honestino Guimarães, com Umberto Câmara, com José Carlos Mata Machado, com Gildo Macedo Lacerda. Está muito claro. Então não adianta agora ficar inventando confusão.

E o Felipe, o nome do filho de Fernando, o filho de Fernando, que ele deu em homenagem a Umberto Câmara, tivesse aqui eu diria para ele, Rosalina, Felipe, foram os ratos, os ratos de pelo cor de oliva e de porrete na mão que mataram seu pai na tortura. Diria mais, não pensa que isso foi morte em vão, porque Amelinha Teles e depois a família de Eduardo Merlino já conseguiram demonstrar na justiça que o carniceiro da Rua Tutóia, o então Major Carlos Alberto Brilhante Ustra, é um torturador.

O José Carlos Dias, que hoje está na Comissão da Verdade Nacional, escreveu um artigo na Folha, quando ele termina dizendo que o Carlos Alberto Brilhante Ustra emporcalhou com o sangue de suas vítimas a farda que devia honrar. Isso é fundamental. Aí nesse momento eu lamento também que a mãe Elzita, agora com 99 anos, eu chegar nos 70 eu estou no lucro, não esteja presente, porque eu diria a ela, mãe Elzita, permita que eu lhe diga que eu também me sinto um filho seu. Pega um lençinho, enxuga suas lágrimas porque Fernando Santa Cruz, Eduardo Collier, Gildo Macedo Lacerda, José Carlos Mata Machado, Umberto Câmara Neto, Honestino Guimarães, Paulo Stuart Wright, Carlos Danielli, Eduardo Merlino, Célio Guedes e a menina Aurora Furtado, cujo suplício é descrito no livro 'Em Câmara Lenta', de Renato Tapajós, e tantos outros presos que foram torturados e assassinados nas masmorras da brutalidade, deixaram para nós todos um grande legado. Que ensinaram a todos nós que na luta pela vida, mulheres e homens precisam sonhar, mas com a condição de acreditar nos seus sonhos. Examinar atentamente a vida real e confrontar seus sonhos com a realidade, para só aí, depois então, realizar as suas fantasias.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT - Muito bonito. Muito bom.
Só falta uma coisa, o Doutor Manoel...

O SR MANOEL MORAIS – Manoel. Manoel.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Manoel. Não vou chamar ele de Doutor porque ele não quer. Professor. Ele gosta de professor. Está bem.

O SR. MANOEL MORAIS – É uma luta para ser professor.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT - O Doutor não é pelo título, é pelo conhecimento. Faça aquela resposta ao Professor Darcy Passos para a gente poder reunir lá em torno dos livros e... A Doralina vai dar uma palavrinha. Então senta aqui Dora. Vai se acomodando. O Manoel Moraes vai responder para o Professor Darcy. Professor, sabe o que eu queria pedir para o senhor enquanto o rapaz responde, o senhor não podia fazer um breve resumo dessa outra questão que o senhor falou do, embora está gravado, a gente degrava, mas depois... Arruma um papel para ele.

O SR. DARCY PASSOS – Sobre aquela questão trabalhista.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Sobre aquela questão trabalhista lá que vai ser fundamental, mesmo porque o companheiro Roldão está aqui e é bom que a gente responda com bastante precisão porque eu sei que essa questão vai ter repercussão, então vamos fazer direitinho.

Renan, fica lá do lado do Professor Darcy Passos.

Vamos lá. Manoel com a palavra.

O SR. MANOEL MORAIS – É bem rápido. Veja, eu ouvi, professor. Eu só não pude...

O SR. DARCY PASSOS – (ininteligível).

O SR. MANOEL MORAIS – Deputado. Deputado. Promotor, Deputado. Mas para mim um defensor dos direitos humanos, é que é mais importante.

Veja, na verdade eu só não pude responder na hora porque quando o senhor terminou o jornalista me sequestrou ali para dar uma fala e eu não pude responder na hora. Mas na verdade eu acato plenamente o que o senhor disse. O que o senhor disse é a pura realidade e se eu não deixei passar, me perdoe, foi um erro, digamos assim, didático-pedagógico. Eu não consegui passar o que o senhor disse. Mas o que o senhor falou...

O SR. DARCY PASSOS – (ininteligível).

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Dá um microfone para ele.

O SR. MANOEL MORAIS – É exatamente isso. Eu quero acatar plenamente tudo o que o senhor recomendou e dizer, de fato, que essa é a luta. A Comissão termina, agora a luta pelos direitos humanos ela é infinita. Ela na verdade nunca vai se concluir e o senhor bem defende isso e eu sou discípulo dessa luta que o senhor representa e de que todos nós aqui reconhecemos.

O SR. DARCY PASSOS – (ininteligível).

O SR. MANOEL MORAIS – Isso. Mas então, a minha fala foi mais uma provocação, por assim entender. Mas claro que o que o senhor disse é perfeitamente compreensível. Não estou querendo lhe responder, apenas dizer, concordar plenamente.

O SR. DARCY PASSOS – Lembre sempre o seguinte, que tem os limites da Lei que a gente deve seguir. E tem aqueles que não são da Lei, são os outros. Esse não tem limite.

O SR. MANOEL MORAIS – Exato. É isso.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Doralina, antes de eu passar a palavra, espera um pouquinho, aqui tem a sétima e última parte. Amelinha, você me ajuda aqui a fazer os encaminhamentos das propostas logo em seguida da fala da Doralina?

Doralina com a palavra.

A SRA. DORALINA RODRIGES CARVALHO – Boa tarde. Eu estive me perguntando o tempo todo se seria a alegria tão volátil que escapa das nossas vidas bruscamente, inesperadamente. E se seriam as dores tão cruéis que atravessariam toda a nossa vida e insistentemente machucaria o nosso coração. Eu acho que não. Eu acho que não. Eu quero acreditar que não. Porque se o Fernando deu a sua própria vida e com isto ele preservou a minha eu sou a prova viva de que há homens dignos, de que há homens éticos, e de que a humanidade, face a tal ser humano, pode aspirar ainda alguma possibilidade de mudar, de se transformar, de construir novas possibilidades para nossos filhos, para nossos netos e, quem sabe, até para nós mesmos?

Eu herdei do Fernando o meu renascimento. Infelizmente talvez não tenha herdado a sua doçura, a sua suavidade. Da alegria dele eu tenho um pouco e também continuei a dar a minha vida em função da formação, seja como professora, seja como terapeuta, seja exercendo a micropolítica na qual eu acredito. Essa têmpera que ele tinha, mas a doçura e a suavidade talvez não. Porque não devemos cultivar amarguras e ressentimentos, mas há uma dor que não escapa de nós, que é a dor produzida, causada, criada pela ditadura militar e todos os governos e os poderosos do mundo que insistem em massacrar aqueles que querem construir algo novo para a humanidade.

Despotencializados não estamos, senão não estaríamos aqui hoje reunidos para honrar Fernando Santa Cruz e de certo modo Duda Collier e todos os demais companheiros assassinados. Não me lembro do Fernando com a tristeza que nos causou o seu assassinato pela ditadura. Me lembro do Fernando com a força, a potência, a alegria e a suavidade com que ele fazia o seu trabalho de militante político. Dele herdei a ética com a qual tento guiar a minha vida até os dias atuais. E esse ética eu tento transmiti-la para meus alunos, para meus filhos, para aqueles com os quais trabalho. Então hoje eu diria, eu me sinto um pouco dessa família aqui. Sempre me senti irmanada a vocês.

Hoje eu queria de público, mais uma vez, agradecer Fernando Santa Cruz por tudo o que ele deu não a mim, que a mim me deu inclusive a própria vida. A tudo o que ele doou ao nosso país, ao povo brasileiro e aos jovens, que eu espero continuem essa causa pela qual ele morreu. De defender o nosso país, de defender o povo brasileiro. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Doralina, disse o vídeo produzido pela família, é aquela senhora que ia cobrir o ponto com o Fernando no domingo.

Vice-Presidente da UNE. Vamos lá.

Ficou claro que a Doralina era a companheira que no domingo ia cobrir o ponto aí o Fernando segurou e ela está aqui com a gente hoje.

Vamos lá. Continua Amelinha.

A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES – Nós estamos aqui encerrando essa audiência da Comissão Estadual da Verdade e nós queríamos fazer as propostas e que essas propostas fossem as resoluções da Comissão.

Seria a primeira, articular junto com a Comissão Nacional da Verdade uma convocatória para oitiva do Coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra e também do Paulo Malhães e do José Brant, porque todos esses três estão envolvidos com o Fernando Santa Cruz, do Eduardo Collier e de outros companheiros que foram mencionados aqui.

A segunda proposta ou resolução seria articular junto com a Comissão Nacional da Verdade uma convocatória para oitiva também do Homero César Machado, porque é ele que vai responder para a família do Fernando Santa Cruz e do Eduardo Collier que eles não estão presos ali, depois que o Marechal tinha já confirmado a prisão deles.

A terceira proposta, articular junto com a Comissão Nacional da Verdade a convocatória para oitiva do Cláudio Guerra, que está sendo citado aqui e também do Marival Chaves.

Outro pedido aqui de resolução para a Comissão da Verdade seria levantar informações sobre a identidade do agente conhecido como Marechal, que é carcereiro da Operação Bandeirantes ou do DOI-CODI/SP e também convocatório e esclarecimentos da participação dele no desaparecimento forçado.

Eu acho que por último nós estaríamos denunciando aqui e reafirmando a nossa cobrança da retificação da ficha ou do prontuário do Fernando Santa Cruz no DAEE onde consta, como vocês viram, consta que o Fernando Santa Cruz foi demitido sob a justificativa de abandono de emprego. E isso tem que ser retificado no nosso entendimento. A gente tinha solicitado para que se colocasse, substituísse essa justificativa colocando: Fernando Santa Cruz foi vítima de sequestro e desaparecimento forçado em 23 de fevereiro de 1974. Então, essa articulação que nós fizemos junto com a Secretaria e junto com funcionários subalternos ali ao Secretário, as respostas foram no sentido de que eles iam fazer a retificação.

E depois o Deputado, o Presidente da Comissão Adriano Diogo teve a oportunidade de algumas semanas estar cobrando do próprio Secretário e da Casa Civil, o Edson Aparecido, da Casa Civil, do Governo, essa retificação. E foi dado a ele o prazo de que hoje até às 18 horas, quando ia ser encerrada então essa audiência.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Ele acabou de ligar, Amelinha, e disse o seguinte, que eu podia comunicar oficialmente o seguinte, que eu fiz o contato com a Casa Civil e a Casa Civil reuniu a área jurídica do Governo, primeiro eu vou falar o informal e depois eu vou falar o formal como ele pediu.

Ele chamou o Erival lá, passaram o tarde discutindo. O Erival falou que ia voltar para a Procuradoria Geral do Estado, reuniu o pessoal da assessoria dele e ver uma saída técnica para resolver. Que hoje eles não poderiam dar a resposta, mas que eles estavam tentando achar uma saída, uma justificativa, uma (ininteligível) para o caso. Então hoje não sairia a resposta.

Formalmente ele pediu para dizer o seguinte, e que é o que eu estou falando. Que a Casa Civil reuniu com a área jurídica, ele não quer expor a Procuradoria e nem o Doutor Erival, que reuniu a assessoria jurídica e que foi encaminhado politicamente a solução, que vai ser encontrada uma saída jurídica para corrigir o documento.

Então, já que tudo aqui é gravado, tudo aqui é documento... Sabe o que acontece, eu só queria pedir, não, é que aqui tem o microfone. Não. Não precisa interromper não. Não quero ser indelicado. Não. Por favor. Aí vocês conversam a vontade. É que fica vazando. Desculpa. Não quis ser, tantos anos, acho importante esse encontro.

Vamos lá. O que é que o Darcy Passos escreveu. Do Código Penal... Lê o senhor, Professor. Com a sua letra que fica mais... Senta aqui na mesa, com calma.

Seu mandato foi cassado, mas está sendo devolvido pelo povo.

O SR. DARCY PASSOS – Do Código Penal, nos crimes contra a administração pública, consta o crime de “abandono de cargo ou função pública”. Confira-se artigo, não lembrei de cor, da consolidação das Leis do trabalho consta como justa causa para rescisão do contrato de trabalho o abandono de emprego, confira-se Artigo 482, alínea E, não é memória, é que estava escrito, tanto a doutrina como a jurisprudência penal e ou trabalhista mencionam que o abandono pressupõe um animus, que é a expressão da

vontade de deixar o cargo, a função e/ou o emprego um corpus, que seria o período de tempo de ausência, 30 dias, desde que sem justa causa. Assim, quem está preso ou fugindo da prisão não abandona por falta do animus, que é vontade livre. Na Lei dos desaparecidos consta o nome de Fernando Augusto Santa Cruz de Oliveira como desaparecido pelo Estado brasileiro. Além disso, inúmeras outras provas demonstram que Fernando estava preso ou já morto. Não abandonou o emprego.

Eu estava dizendo ao Carlão que talvez até houvesse nisso uma difamação continuada. Uma difamação, no caso, tendo como sujeito passivo a memória de Fernando. Enquanto constar essa causa o Estado de São Paulo, a DAEE estará difamando a memória dele e ele tem direito a memória.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Terminou? Com a palavra Manoel.

O SR. MANOEL MORAIS – Eu queria só dizer, Deputado, eu gostaria que esse requerimento formulado fosse subscrito pela Comissão da Verdade de Pernambuco.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Maravilha. Vamos encerrar? Rosalina fecha. Abriu e fecha. Vamos lá.

Viva a luta do povo brasileiro.

Eu queria só fazer uma consideração. Queria fazer no ar. Muitas críticas, a Rosalina fez muitas críticas aqui a Comissão Nacional da Verdade. Eu concordo com uma parte das críticas, mas eu queria dizer o seguinte, Rosalina. Eu acho que tem um problema que não está nas pessoas que constituem a Comissão Nacional e nem está na

Comissão Nacional. Eu acho que no Brasil, o companheiro Chico falou com muita propriedade, o Brasil é o país da mentira. Então, trabalhar com o elemento verdade no país da mentira é muito difícil. Olha que a minha formação jurídica é ridícula, porque eu sou um mero atirador de pedras como geólogo. Agora, o que acontece, em um país que cultua Rui Barbosa, que era um grande letrado por ter queimado todos os arquivos da escravidão para estabelecer uma democracia racial, é um país da mentira, é um país da hipocrisia.

Então, um país que até hoje o Itamaraty não permite que se abra os arquivos da guerra do Paraguai, que a Guerra do Contestado o cineasta Sylvio Back teve que recorrer a médiuns para tentar contar a história da guerra do Paraguai. Que Canudos é uma história, que embora tenha sido escrita por um correspondente do Estadão, teve todos os filtros, e a anexação do Acre, o Itamaraty não permite dizer como é que o Acre foi substituído ao território boliviano, é o país da mentira.

Então, mesmo esse período recente da história militar, o Estado brasileiro não revela ao Governo brasileiro a sua própria história. Então eu acho que essa tarefa, essa luta que a sua família e todos os companheiros fizeram, como Amélia Teles, Ivan Seixas, a mãe da Ísis, que foi dita aqui, tem que ser uma luta do povo brasileiro, uma luta do movimento social, do movimento político, do povo brasileiro para derrotar essas forças incrustadas no aparelho do Estado, que até hoje nos vigiam, nos perseguem. Mesmo depois do término do aparelho da ditadura, esses aparatos de informação e de repressão estão intactos. Então, esse movimento, que eu considero um movimento social da Comissão da Verdade, você imagina a reflexão que a família Teles fez para a Amelinha emprestar o seu nome para a Comissão Estadual da Verdade. Não foi um giro assim, tudo bem, eu vou entrar. Não. Foi uma coisa muito bem pensada. Pelo risco de emprestar o nome de uma família como a Teles para a Comissão da Verdade.

Então eu acho que o projeto da Comissão da Verdade é um projeto em disputa. Esses setores que sobreviveram eles estão até hoje nos quartéis. A Polícia Militar do Estado de São Paulo não abriu nada, nada, nada do seu serviço secreto, que é chamado serviço reservado. E você vê que aqui a gente disfarça diante dos pernambucanos, mas aqui a nossa Comissão da Verdade é uma Comissão da sociedade civil. Só funciona no âmbito da Assembleia. Não é uma Comissão nem de Governo do Estado, quanto mais do Estado. Olha que vergonha. Mas, estamos tentando fazer a nossa parte.

Então, parabéns pela luta. Prossiga. E a juventude, esses grupos de juventude de escracho, esculacho, dessas mobilizações, estão se sensibilizando. Então nós temos eu derrotar, além de derrotar as contradições existentes dentro dos governos nós temos que derrotar essa visão do aparelho de Estado que ainda diz que Fernando Santa Cruz, Rosa Kucinski abandonaram os seus empregos. Abandonaram e não voltaram mais.

Muito obrigado.

A SRA. ROSALINA SANTA CRUZ – Não vou mais falar, não vou mais fazer um discurso. Mas eu queria agradecer muito a você, Adriano, na Comissão da Verdade daqui. Não é a primeira audiência que a gente vem. E ao professor Moraes pela Comissão de Recife.

Eu acho que é importante a gente mostrar a importância do esforço dessa Comissão e o quanto uma audiência desse tipo mostra, e também a Deputada Luiza Erundina, que em Brasília tem lutado muito com a Comissão de lá se isolando, o isolamento que vive Luiza Erundina com relação a este assunto em Brasília é o mesmo de você aqui, Adriano. Essa audiência foi aqui na própria Assembleia Legislativa. Quantos Deputados estiveram aqui presentes?

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Companheiros, muito obrigado. Eu queria dizer, além da Amélia Teles e do Ivan, que constituem a Comissão da Verdade, a Comissão da Verdade também é constituída por jovens que ainda não tem o mesmo nome em destaque, o Renan Quinalha, a Vivian Mendes, pode por o crédito aí, por favor. O Renan, que está lá, jovem Advogado. A Vivian Mendes que está lá no computador. A Thaís Barreto da Dinastia Barreto lá da Bahia, da família do Zequinha Barreto, Antoniel Barreto, da família que foi pendurada lá em Brotas de Macaúbas quando da morte do Lamarca e do Zequinha Barreto. Do Ricardo Koba. Quem falta? Tatiana Merlino. Tatiana Merlino, Jornalista, sobrinha do companheiro Eduardo Merlino.

Alguém vai falar mais?

A SRA. ROSALINA SANTA CRUZ – Eu só queria agradecer. Eu acho que uma das pessoas que eu queria também agradecer aqui muito além dos dois é a Doralina Rodrigues. A Doralina, eu acho que, eu queria falar uma coisa. Foi tão difícil no dia, eu sabia que o Fernando tinha um encontro com a Doralina, mas eu lembro que no dia da PUC, que a Doralina chegou com a carta dela onde ela diz, Fernando, você com tua morte me deu a vida. Não sei se mereço, mas eu te dei como uma pálida homenagem, o nome do meu filho, teu nome. Eu lembro que eu não consegui olhar para Dora nesse momento porque era como se tivesse trocada a vida de Fernando pela Doralina. Não era isso nada, mas era esse sentimento que eu tinha, dessa roda da gente que era isso. Um sobrevivia porque o outro tinha, então, porque sempre a ideia é assim, a Doralina e o Jair morreriam antes, se tivesse que ser escolhido, antes do Fernando. Eles eram do comando nacional, eles eram extremamente procurados. E também a satisfação e a alegria que tivemos, depois da queda do Fernando, da prisão do Fernando, a gente ter ido no ponto, no encontro do Fernando com a Doralina e ver que Fernando não foi aquele encontro, e que, portanto a Doralina estava viva e o Fernando preservado em sua ética. O quanto ficamos contentes naquele momento. Não sabíamos que o Fernando não voltaria mais. A gente acharia que um dia comemoraríamos com ele aquela resistência dele a não entregar a Dora.

E a Dora, sempre que ela vem, que eu encontro a Dora é uma emoção enorme. A Dora virou um pouco do Fernando na vida da gente, na vida da nossa família. Obrigada, Dora, por você estar viva.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Filgueiras, para encerrar, vamos lá.

O SR. OTTO FILGUEIRAS – É bem rápido. Só frisar que seria confortante para a família se encontrasse algum resquício, alguma coisa dos restos mortais do Fernando. E a única possibilidade concreta é o Cemitério de Perus. E lembrar também ao Deputado que é importante que restabeleça a verdade na história, que a história brasileira é feita de mentira.

Como é complicado o PT e o Lula terem feito aliança com o Maluf. Porque o Maluf não é só ladrão. Maluf fez o crematório da Vila Alpina. Maluf é responsável pelo Cemitério de Perus. Maluf é envolvido nas mortes e assassinatos da ditadura. Então não é pouca coisa, não é por acaso que Luiza Erundina saiu da composição e não aceitou mais ser vice.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Difícil não é? Aí fica difícil. A sessão está encerrada. Muito obrigado.

* * *